



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JEAN CARLOS SILVA LACERDA

O USO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO
NA FALA DE FORTALEZA

FORTALEZA

2015

JEAN CARLOS SILVA LACERDA

**O USO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO
NA FALA DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hebe Macedo de Carvalho.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

L137u

Lacerda, Jean Carlos Silva.

O uso variável do modo imperativo na fala de Fortaleza / Jean Carlos Silva Lacerda. – 2015.
94 f. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Linguística.

Orientação: Profa. Dra. Hebe Macedo de Carvalho.

1. Língua portuguesa – Variação – Fortaleza(CE). 2. Sociolinguística. 3. Língua portuguesa –
Português falado – Fortaleza(CE). 4. Língua portuguesa – Imperativo. I. Título.

CDD 469.56

JEAN CARLOS SILVA LACERDA

**O USO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO
NA FALA DE FORTALEZA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hebe Macedo de Carvalho

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Hebe Macedo de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a.Dr^a. Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Mônica de Souza Serafim
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus

A toda minha família

AGRADECIMENTOS

À FUNCAP, pela bolsa de auxílio financeiro durante boa parte do curso.

À professora Hebe, pela orientação e pelos valiosos conhecimentos que me passou, pela confiança, elegância, firmeza, sinceridade, doçura e, principalmente, pela paciência inesgotável com que me tratou todo esse tempo.

À professora Aluiza, que juntamente com Hebe, acompanhou desde o início minha trajetória neste Mestrado, sempre solícita, até à conclusão do trabalho, como membro da Banca Examinadora.

Às professoras Mônica Serafim, Josane Moreira de Oliveira e Margarete Fernandes por disporem de seu tempo e me honrarem com sua participação na Banca Examinadora, com suas contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL, símbolo de excelência nos estudos da Língua, do qual tenho muito orgulho de ter feito parte.

Aos demais colegas de pós-graduação, professores e servidores do PPGL, sempre acolhedores e dispostos a ajudar.

Aos meus pais, Julita e Lacerda, que me ensinaram que o bem mais valioso de nossa vida é o nosso conhecimento, sempre torcendo por mim.

Aos meus irmãos, Régis e Douglas, pelo incentivo de sempre.

À minha amada esposa, Elenice, por estar ao meu lado, sempre e em tudo.

Queira,
Basta ser sincero e desejar profundo,
Você será capaz de sacudir o mundo, vai.
Tente outra vez.
Tente,
Não diga que a vitória está perdida,
Se é de batalhas que se vive a vida,
Tente outra vez.

(Raul Seixas/ Paulo Coelho/ Marcelo Motta)

Pense em mim,
Chore por mim,
Liga pra mim,
Não, não liga pra ele,
Pra ele, não chore por ele...
(Leandro e Leonardo)

RESUMO

O presente estudo analisa o uso do imperativo na fala de Fortaleza, à luz da Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), utilizando como fonte de coleta para a amostra o banco de dados NORPOFOR – Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (ARAÚJO, 2011). O principal objetivo é analisar o uso do imperativo gramatical na fala da capital cearense, em que pesem motivações semânticas e morfossintáticas como conjugação verbal, posição do pronome oblíquo átono, polaridade da estrutura da oração, grupo semântico e verbos da oração, bem como motivações de natureza social como sexo, escolaridade e faixa etária. Trabalhos anteriores como o de Scherre (2007; 2005; 1999) e Cardoso (2009) que citam ou trabalham diretamente com dados de Fortaleza, e Alves (2001), referente a João Pessoa – PB, indicam que o imperativo subjuntivo encontra nestas comunidades de fala um percentual de uso relativamente significativo. Os dados desta pesquisa foram submetidos ao programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), distribuídos entre nove grupos de fatores sociais e linguísticos. Os grupos de fatores linguísticos selecionados significativamente pelo GOLDVARB X foram conjugação verbal, polaridade da estrutura da oração e a posição do pronome oblíquo átono quanto ao uso da variável imperativo subjuntivo. Em termos gerais, os resultados demonstraram que o imperativo associado ao indicativo, com 60% das ocorrências, foi a forma mais frequente na amostra de fala de Fortaleza. A forma do subjuntivo apresentou 40% de uso, contrariando nossa expectativa, uma vez que esperávamos que o imperativo associado a esta forma apresentasse maior frequência de uso na fala da capital cearense.

PALAVRAS-CHAVE: Imperativo, Fortaleza, Subjuntivo, indicativo, Sociolinguística Quantitativa, Goldvarb X.

ABSTRACT

The present study analyzes the use of the imperative in the speech of Fortaleza, under the dome of Quantitative Sociolinguistics, using database NORPOFOR – Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, as a source of collection to the sample. The goal is to analyze the use of grammatical imperative in the speech of cearense's capital city, considering semantic and morphosyntactic motivation such as verbal conjugation, oblique pronouns position, polarity of sentence structure, semantic group and sentence verb as well as the ones of social nature like gender, education level and age range. Previous researches of Scherre (2007; 2005; 1999) and Cardoso (2009), which mention or directly work with data concerning Fortaleza, and Alves (2001), referring to João Pessoa, state of Paraíba, indicate that subjunctive imperative finds in these speech communities a relatively significant percentage of use. The data of this research were put through GOLDVARB X software (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), distributed among nine social and linguistic factor groups. The linguistic factor groups significantly selected by GOLDVARB X were verbal conjugation, polarity of the sentence structure and the oblique pronoun position, referring to the use of the subjunctive imperative variable. In general terms, the results revealed that imperative associated to indicative, with a 60% occurrence, was the most frequent form in the speech sample of Fortaleza. The subjunctive form showed 40% of use, opposing to our expectations, once we hoped that the imperative associated to this form should present higher frequency of use in the speech of the cearense capital.

KEY-WORDS: Imperative mode, Fortaleza, Subjunctive-indicative, Quantitative Sociolinguistic, Goldvarb X.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratificação da amostra	47
Quadro 2 – Amalgamação dos verbos que compõem o grupo de fatores Verbos da Oração	56
Quadro 3 – Distinção ente a primeira e as demais conjugações	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das variáveis dependentes após a primeira rodada	53
Tabela 2 – Itens do grupo Verbo da Oração que apresentaram knockout após a primeira rodada	53
Tabela 3 – Distribuição da variável dependente após a segunda rodada	57
Tabela 4 – Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em Faixa Etária	57
Tabela 5 – Distribuição dos dados de uso do imperativo em relação à Faixa Etária dos falantes	58
Tabela 6 – Comparativo das ocorrências do subjuntivo e do imperativo em Conjugação Verbal	60
Tabela 7 – Distribuição dos dados de uso do imperativo com relação à Conjugação Verbal utilizada pelos falantes de Fortaleza	60
Tabela 8 – Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em Polaridade da Estrutura	63
Tabela 9 – Distribuição dos dados de uso do imperativo em relação à polaridade da estrutura da oração	63
Tabela 10 – Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em Posição do pronome	65
Tabela 11 – Distribuição dos dados de uso do imperativo com relação à posição do pronome oblíquo átono diante do verbo	65
Tabela 12 – Distribuição de dados do imperativo em relação ao fator Anos de Escolaridade	67
Tabela 13 – Atuação do nível de escolaridade no uso do presente do subjuntivo (CARVALHO, 2007)	68
Tabela 14 – Distribuição dos dados do imperativo em relação ao fator Gênero	69
Tabela 15 – Distribuição dos dados do imperativo em relação ao grupo de fatores Grupo semântico	71
Tabela 16 – Distribuição dos dados do imperativo em relação ao grupo de fatores Verbo da Oração	72

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Distribuição quantitativa de informantes do NORPOFOR por bairro e regional	83
ANEXO B – Relação das ocupações dos informantes do corpus linguístico NORPOFOR	86
ANEXO C – Tendências gerais de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições	87
ANEXO D – Chave de codificação utilizada para as variáveis da pesquisa	89
ANEXO E – Distribuição em células dos inquéritos D2 do NORPOFOR para esta pesquisa	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DOS GRAMÁTICOS AOS VARIACIONISTAS.....	18
3	OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	26
3.1	Objetivos.....	26
3.2	Hipóteses.....	27
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
4.1	Sociolinguística	31
4.2	Alguns problemas.....	33
4.3	Língua e sociedade e a regra variável	34
4.4	Tempo aparente e tempo real	37
4.5	Questões de Lavandera a Labov: significado referencial para além da variação fonológica	39
4.6	A questão do dialeto e do idioleto.....	41
4.7	Condicionamentos.....	41
5	METODOLOGIA.....	44
5.1	Constituição da Amostra.....	46
5.2	Variáveis.....	47
6	RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	52
6.1	Fatores não selecionados.....	67
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
	ANEXOS.....	84

1 INTRODUÇÃO

Por ser a variação linguística rica em possibilidades de investigação no que diz respeito à natureza dos falantes, suas motivações e fatores externos que podem contribuir para a construção de uma identidade cultural, o estudo ora empreendido inspira-se em tais aspectos a fim de contribuir para a pesquisa científica, notadamente em termos do falar de Fortaleza.

No intuito de se delimitar o tema deste trabalho, são apresentados nos próximos parágrafos o conceito dos modos verbais, do ponto de vista da tradição gramatical, a importância do estudo de seus usos no falar de Fortaleza quando em orações imperativas que expressem ordem, pedido, súplica, convite e/ou conselho.

Com relação à formação do imperativo em português, as gramáticas tradicionais registram que:

a) As formas verbais do imperativo afirmativo relacionadas ao pronome tu são derivadas do modo indicativo sem o morfema *-s* de 2ª pessoa (*canta tu/ vem tu*);

b) as formas verbais do imperativo afirmativo são derivadas do modo subjuntivo (*cante você/ canta tu*);

c) as formas verbais do imperativo negativo são todas derivadas do subjuntivo.

Contudo, na língua falada, é comum a alternância do imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo, sem a correlação dos pronomes *tu* ou *você*, respectivamente. Observa-se que os falantes escolhem um ou outro de maneira natural e espontânea.

Como bem diz Scherre (2005)

a regra de formação do imperativo formulada pela tradição normativa descreve adequadamente a expressão do imperativo na escrita sem diálogo. Todavia, esta mesma regra não reflete o uso do imperativo na língua falada de parcela significativa dos brasileiros (SCHERRE, 2005, p. 120)

Na língua portuguesa, o imperativo é um modo derivado do indicativo (este tido como o modo de asserção) e do subjuntivo (este tido como o modo de desejo). Bechara (1994, p.116) diz que o imperativo em português só tem forma afirmativa para as segundas pessoas, valendo-se estas do indicativo menos o *-s* (2ª pessoa do singular e do plural), sendo que as demais pessoas são todas formadas pelo presente do subjuntivo. Já o negativo, segundo Cunha & Cintra (1985, p.451) não tem nenhuma forma própria, pois é integralmente suprido pelo presente do subjuntivo.

Cunha & Cintra (2001, p.476) classificam o modo imperativo como aquele em que o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, só o admitindo, portanto, as pessoas que indicam *aquele a quem se fala*, isto é:

- a) as segundas pessoas do singular e do plural – *tu* e *vós*.
- b) as terceiras pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronome de tratamento, como *você, o senhor* e *Vossa Senhoria*;
- c) a primeira pessoa do plural, que no caso denota estar o indivíduo que fala disposto a associar-se a cumprimento da ordem, conselho ou súplica que dirige a outros.

É pertinente considerarmos também que, quando da realização do imperativo, a entonação empregada pelo falante pode denotar uma ordem propriamente dita ou um pedido, conselho ou sugestão. Como diz Cunha & Cintra (2001, p.481) “dispõe a língua de variados recursos estilísticos para reforçar ou atenuar a vontade expressa pelo imperativo.” Porém, o tom de voz nas formas afetivas de linguagem é essencial. Exemplos:

- (1) *Tu diga a Maria que eu chego já lá.* (Inq.¹ 37)²
- (2) *Venha não, venha não, já tô é ficando doida já...* (Inq. 122)
- (3) *Vai S., começa... Fala qualquer coisa.* (Inq. 49)

Todas as sentenças acima foram extraídas da amostra em estudo, coletada do *corpus* linguístico NORPOFOR, a ser explanado na seção Metodologia. Ao se observar as sentenças (2) e (3), pode-se entendê-las como uma ordem do falante para seu interlocutor.

Segundo a Gramática Tradicional (doravante GT), o exemplo (2) se dá em conformidade com sua prescrição, ou seja, o modo verbal no subjuntivo atendendo ao pronome *você*, mas (1) e (3) deveriam ter sido realizadas da seguinte maneira, quanto à forma verbal:

- (1a) *Tu diz a Maria que eu chego já lá.*
- (3a) *Vai S., comece... Fale qualquer coisa.*

Para a tradição gramatical, a forma verbal correspondente ao pronome de tratamento *você* deve vir do presente do subjuntivo (*vai tu/ vá você*) e não do indicativo, muito embora, como estudos anteriores já o tem demonstrado, as formas *você* e *tu* estão ocupando o mesmo contexto, com o mesmo valor referencial de 2ª pessoa, “enfrentando-se

¹ Inquérito.

² As informações entre parênteses remetem ao número do inquérito adotado pelo banco de dados NORPOFOR.

com as diversas armas de que dispõem, adversárias no campo de batalha da variação” (TARALLO, 1985, p.34).

Guimarães (2014) em seu estudo sobre as variações das formas de tratamento no falar de Fortaleza pondera que “no Brasil do século XIX, *você* passa a concorrer com *tu* nas relações solidárias mais íntimas. O uso do pronome *você* não era considerado estigmatizado, o que pode ter auxiliado a expansão de seu uso” (2014, p.32). De acordo com ela, essa mudança é perceptível na fala da população brasileira, embora o pronome *você* permaneça nas gramáticas adotadas nas escolas como pronome de tratamento. Para a autora o uso dos pronomes está “intimamente ligado não apenas à localidade onde vive o falante, mas também serve como uma estratégia do interlocutor”. (GUIMARÃES, 2014, p.35). Em sua pesquisa, Guimarães (2014) atestou que *tu* e *você* em Fortaleza estão em situação de franca competição, com 50,1% de usos do pronome *você* ou *cê* e 49,9% de uso do pronome *tu*.

Na própria tradição, porém, encontra-se a restrição para que se compreenda a ocorrência do que poderia ser visto como opção equivocada do falante sobre este aspecto da nossa língua. Na visão prescritiva da GT, o atendimento a esta “regra” torna-se um tanto quanto complexa, levando o falante a se expressar da forma mais confortável e natural possível. Entretanto, a questão não reside no conforto ou na facilidade ao falar, partindo do pressuposto de que a teoria vê a língua sob a perspectiva de um sistema dinâmico.

Entendemos haver um vasto campo para o amadurecimento do fenômeno em pauta, pois se pode observar pela citação de alguns estudiosos nos parágrafos anteriores que, embora venha sendo estudada há várias décadas, esta variação dos modos indicativo e subjuntivo em orações imperativas no português brasileiro, à luz da Sociolinguística Variacionista, segue o caminho de pesquisas que já demonstraram avanços na análise deste tema, mas que ainda necessitam de aprofundamento das questões linguísticas, alargamento da abrangência territorial – por haver um número significativo de estudos concentrados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil -, no sentido de se investigar mais comunidades de fala em diferentes regiões de um país de dimensões continentais como o Brasil, juntamente com uma coleta e interpretação de dados consistentes, levando em conta as motivações linguísticas e sociais do sistema no contexto social, tal como rege a tradição de estudos de orientação laboviana.

Em relação ao tema, é importante ressaltar ainda que, primeiro: a maioria dos dados analisados ou mesmo boa parte dos estudos que serão citados neste trabalho, deram-se

nos anos 90, portanto, ainda no século XX. Segundo: afora a cronologia, temos que boa parte das pesquisas ocorreu através de *corpora* que compreendiam falantes em situações formais de uso da língua, quer em entrevistas, elocução formal ou diálogos dirigidos (com a intervenção do entrevistador). Terceiro: nossa verificação permite até o momento especular a existência de poucos trabalhos sobre o uso variável dos modos indicativo e subjuntivo na fala compreendendo a região nordeste do Brasil (especialmente Fortaleza).

Este estudo pretende analisar, a partir de uma amostra do banco de dados NORPOFOR, o uso do imperativo na capital cearense em entrevistas realizadas nos moldes labovianos, analisando as condições em que a variação se dá. Verificar-se-á, por exemplo, qual a tendência de uso do imperativo subjuntivo na fala de Fortaleza. Os estudos de Cardoso (2009), que apresentou 66% de uso desta forma e 34% da forma indicativa na amostra do Português Oral Culto de Fortaleza, doravante PORCUFORT, e Alves (2001), este referente à João Pessoa - PB, cuja amostra extraída do Projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba (VALPB) indicou o uso do subjuntivo em 64% e do indicativo em 36% das ocorrências, apontam competição entre as formas com tendência a que o imperativo subjuntivo ocorra com maior frequência entre os falantes em boa parte de seu discurso, nos contextos em que ordenam, solicitam, convidam ou aconselham. Baseados em tais informações, consideramos que há similaridade entre as pesquisas anteriormente mencionadas e a presente pesquisa em vários aspectos como o controle das variáveis independentes sociais – sexo, escolaridade e faixa etária -, clássicas da Sociolinguística Variacionista, por exemplo, e o controle de variáveis linguísticas como conjugação verbal, posição do clítico e dos tipos de orações quanto à sua carga semântica.

O trabalho divide-se em seis capítulos. No próximo, far-se-á uma exposição dos conceitos do imperativo e do que é entendido como modo subjuntivo e modo indicativo por autores da GT e estudiosos do tema e considerações acerca do seu uso.

No terceiro capítulo, são apresentados o objeto do presente estudo, os problemas e as hipóteses suscitadas, que são confirmadas ou refutadas a partir do resultado das análises estatísticas.

No quarto capítulo, são expostos os pressupostos desta pesquisa: os princípios da teoria da Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana, a partir dos quais os fatores sociais e linguísticos desta pesquisa são essencialmente concebidos e oferecem o necessário suporte para seu desenvolvimento.

No quinto capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na manipulação dos dados coletados, há o detalhamento do banco de dados utilizado e a descrição de restrições que se apresentaram durante as rodadas estatísticas.

No sexto capítulo, tem-se a análise dos dados e resultados posteriores à submissão dos dados da amostra ao processo de seleção de grupos de fatores e geração de pesos relativos, que indicam aqueles que se sobressaem quantitativamente e tem relevância para a pesquisa em curso.

Na seção Considerações Finais, realizamos uma síntese do que foi exposto e, simultaneamente, identificamos as hipóteses confirmadas e refutadas e apontamos caminhos para futuros estudos que venham a compartilhar da presente temática.

2 O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DOS GRAMÁTICOS AOS VARIACIONISTAS

Neste capítulo, faremos uma breve apresentação do tratamento do modo imperativo na teoria gramatical. Em seguida, serão apresentados alguns estudos de cunho variacionista sobre o imperativo no português do Brasil.

A tradição gramatical atribui à categoria de modo as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (certeza, dúvida ou suposição) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (Cunha & Cintra, 2001, p.380). Atribui ao modo indicativo a atitude de certeza do falante quanto ao que declara e ao subjuntivo atitude de incerteza, dúvida ou desejo frente ao conteúdo enunciado.

Said Ali (1966) define como sendo aquele em que se enuncia certeza e/ou realidade do fato o modo indicativo; por conjuntivo (subjuntivo), o autor entende como sendo o modo da irrealidade ou incerteza. Entretanto, reconhece alguma inconsistência para essa oposição: “este conceito que só visa o pólo contrário não basta para definir o emprego do conjuntivo”.

O autor observa o critério sintático como possível causa da alternância dos modos em discussão. Em oração principal, por exemplo, em que se interroga ou apenas há exposição de fatos, o indicativo é a forma mais usada. Em subordinadas, é possível encontrar a alternância de indicativo e subjuntivo. As razões que levam à escolha de um ou de outro, segundo Ali, poderiam ser:

a) Orações interrogativas com *quem é*, *qual é* ou *que coisa é*, feitas sob forma direta recebem o indicativo. Se sob forma de oração subordinada, ora o verbo *ser* é empregado no indicativo, ora no conjuntivo.

b) Asserções com sujeito indefinido.

c) Orações substantivas com verbo *crer*, *cuidar*, *pensar*, *supor*, *imaginar*, *entender*, *presumir* e *achar* (no sentido de pensar), cujo fato expresso é tido como real, o verbo pode surgir no indicativo ou no conjuntivo.

Sobre o imperativo, Said Ali (1966) afirma que

as formas próprias do imperativo, 2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural, em geral não difere das respectivas formas pessoais [sic] do presente do indicativo senão pela eliminação do *s* final: *canta*, *cantai*; *traze*, *trazei*... É função essencial do imperativo denotar ordem, convite, conselho, pedido, supplica, quer dizer manifestações de vontade ou desejo acompanhadas da esperança do seu

cumprimento da parte do indivíduo a quem nos dirigimos. Outras formas verbais [sic] podem ocasionalmente preencher o mesmo fim, porém [sic] sempre como função secundária. (SAID ALI, 1966, p.114, 115).

Os contextos linguísticos elencados por Ali chamam a atenção por descreverem a existência da alternância dos modos indicativo e subjuntivo, entretanto carecem de uma sistematização que dê conta dos possíveis motivadores linguísticos e sociais para tais usos.

Cunha e Cintra (2001) preconizam que ao nos servirmos do uso do modo indicativo, consideramos o fato expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, passado ou futuro. No emprego do modo subjuntivo, nossa atitude é diversa com perspectiva da existência ou não existência do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo, irreal. Para Cunha e Cintra (2001), o indicativo geralmente é usado em orações que completem o sentido de verbos como afirmar, compreender, comprovar, crer (no sentido afirmativo), dizer, pensar, ver e verificar. Já o subjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado a ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e de outras correlatas. Os autores exemplificam este conceito com os verbos desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar e suplicar.

Pelos conceitos apresentados até aqui, já se presume que existe a possibilidade de alternância dos modos verbais em questão. Para a Sociolinguística, os usos variáveis são motivados por fatores internos e externos à língua.

Para Bechara (1999), modo é a posição do falante com respeito à relação entre ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação, considerando a ação como algo feito, como verossímil (indicativo), como fato incerto (subjuntivo), como desejada pelo agente (optativo) ou como um ato que se exige do agente (imperativo).

Ele lista os prováveis contextos semânticos em que pode ocorrer o subjuntivo. Diz que nas orações subordinadas substantivas ocorre o subjuntivo depois das expressões que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, desejo, probabilidade, entre outros. O indicativo pode ser usado nos mesmos contextos sintático-semânticos.

De acordo com Bechara, a possibilidade de alternância indicativo/subjuntivo, apesar de reconhecida, não possui uma explicação, o que faz com que a regra do posicionamento do falante para justificar tal alternância mostre-se débil, já que é inacessível ao pesquisador a intenção do falante. A interpretação a adotar aqui, portanto, é

morfofossintática para a escolha do modo, em que diferentes fatores de ordem sintático-semântica motivam o uso do subjuntivo.

Em Câmara Jr. (1991) temos que o imperativo tem uma forma para o presente, que deveria ser usada para o cumprimento imediato de ordens, e uma para o futuro, que caracterizava ordens que poderiam ser posteriormente executadas. Com o tempo, a forma para o futuro desapareceu passando a existir apenas a do presente. Câmara Jr. diz ainda que já no latim o subjuntivo era utilizado para suprir as pessoas que não eram contempladas pelo imperativo morfológico.

Os estudiosos do imperativo trazem perspectivas diferenciadas que permitem compreender o fenômeno aqui explorado como algo que é composto de fatores geográficos e estruturais linguísticos. Vejamos em seguida exemplos destes conceitos.

Scherre *et al.* (2007) trazem os conceitos de imperativo verdadeiro (modo indicativo) e imperativo supletivo (modo subjuntivo), ressaltando sua correlação no PB quanto à função que exercem. Segundo as autoras, suas formas variáveis são

morficamente idênticas ao indicativo e subjuntivo, por um lado, e a alternância igualmente transdialetoal entre o modo subjuntivo e o indicativo, por outro: as áreas geográficas que privilegiam a forma de imperativo verdadeiro permitem maior variação da forma indicativa/ subjuntiva nas orações encaixadas; as áreas geográficas que privilegiam a forma de imperativo supletivo restringem a variação de forma indicativa/ subjuntiva nos mesmos contextos. (2007, p.233,234)

Em seu artigo intitulado *Reflexões sobre o Imperativo em Português*, Scherre *et al.* (2007) oferecem um olhar detalhado e esclarecedor sobre o uso deste modo verbal no contexto em que este trabalho se insere, ao abordar as razões que levam à questão da alternância indicativo/subjuntivo notadamente no Português Brasileiro (ver também Anexo C, sobre as tendências de favorecimento relativo dos modos subjuntivo e indicativo). Para além das denominações de imperativo verdadeiro e supletivo, já descritas anteriormente, as autoras também trabalham com a noção de [+] ou [-] distanciamento do falante para com seu interlocutor. Segundo as autoras, pesquisas sobre o português brasileiro em uso tem evidenciado que a alternância *abre/abra; faz/faça* não apresenta correlação inequívoca com o contexto discursivo de menor ou maior distanciamento, que caracteriza o uso explícito dos pronomes *tu* ou *você* em algumas regiões brasileiras, sem a presença obrigatória da morfologia verbal. Assim, diferentemente do que se observa no português europeu, e também no espanhol castelhano (Scherre *et al.*, 2007 *apud* Rivero 1994), a alternância *olha/olhe; abre/abra, faz/ faça*, no português brasileiro, não tem relação clara com o traço [+]

distanciamento, que rege a distribuição *deixe/você/seu* versus *deixa/tu/teu*. Os imperativos verdadeiro e supletivo no português brasileiro, no que se refere à fala, ao invés de um divisor de interação discursiva, evidencia-se como um marcador geográfico para as autoras.

Neste sentido, dados apontam para uma predominância do imperativo verdadeiro (indicativo) em estados do Sul/Sudeste/Centro-Oeste; de equilíbrio na cidade de Recife (50%) e de predominância do imperativo supletivo (subjuntivo) em Salvador, João Pessoa e Fortaleza. Porém, elas relatam que em um mesmo estado, Santa Catarina, existem evidências de prevalência total do imperativo verdadeiro em Florianópolis e do imperativo supletivo (da ordem de 79%) em Lages.

Scherre *et al.* (2007) ressaltam, porém, que os mesmos estudos acerca de cidades da região do Nordeste brasileiro retratam uma tendência de mudança em direção ao uso do imperativo verdadeiro devido aos fatores faixa etária e escolaridade, esta última em evidência na cidade de Salvador, com o trabalho de Sampaio (2001) e Alves & Alves (2005).

Scherre *et al.* (2007) propõem a análise do modo imperativo quanto à comparação de sua ocorrência entre o português europeu e o brasileiro. São duas as características de imperativo verdadeiro que fazem o português falado na Europa: (a) morfologia distinta do modo indicativo – imperativo: *diz tudo* (2ª pessoa do singular); indicativo: *dizes tudo* (2ª pessoa do singular). (b) ocorrência exclusiva em frases afirmativas, ou seja, impossibilidade gramatical de negar o imperativo verdadeiro – imperativo em construções negativas: **não canta!* (forma supletiva: *não cantes!*). Quanto ao clítico em relação ao verbo, sempre aparece na segunda posição (*deixa-me descansar!*), embora esta não seja uma sintaxe específica do modo imperativo. Conforme as autoras, no português europeu, o clítico não pode ocupar a posição inicial absoluta, independentemente de estar ou não em uma estrutura imperativa. Esta impossibilidade decorre de um padrão geral que guarda relação com a direcionalidade do apoio rítmico das cadeias pretônicas no português europeu.

O português brasileiro padrão exhibe sistematicamente forma imperativa distinta do modo imperativo (*Tu dizes*) para o imperativo afirmativo (*Diz!*); não nega o imperativo verdadeiro, valendo-se do subjuntivo como forma supletiva (*não digas!*). Quanto à posição do clítico, encontra-se aí a diferença para o português falado na Europa, já que o permite em posição inicial absoluta, em ocasiões de fala e/ou escrita espontâneas, em orações imperativas, por exemplo: “Me desculpe se falei demais” e não imperativas, como em “me arrepio todo”.

No entender de Scherre *et al.* (2007) até aqui, a conceituação do imperativo colocada por autores brasileiros ou estrangeiros apresenta uma distância significativa do que os estudos sociolinguísticos voltados para investigação do uso das formas do imperativo (no português brasileiro) têm encontrado. Há uma situação de variação nestes usos tanto do imperativo verdadeiro quanto do imperativo supletivo claramente influenciada pelo quesito geografia. Ademais, o traço de [+] distanciamento presente no imperativo verdadeiro do português europeu e composição com o sistema pronominal mostra-se pouco relevante e menos codificado (ou mais difuso) na língua falada em nosso país.

Para Scherre *et al.* (2007), as formas imperativas próprias são denominadas por autores “de orientação gerativa (Rivero, 1994) de IMPERATIVO VERDADEIRO (*olha, abre, faz*) ao lado de IMPERATIVO SUPLETIVO (*olhe, abra, faça*)” (p.194). Nas regiões Sul, Sudeste – dados de Neta (2000), e Centro-Oeste do Brasil – dados de Lima (2005), Silva (2003), Ferreira e Alves (2001), Scherre *et alii* (1998), Morais (1994), Rodrigues (1993), o uso do imperativo verdadeiro é, em média, de 90%, ao passo que na região Nordeste tem-se em Recife um uso de 50%, (Jesus (2006)), em Salvador, 30%, (Sampaio (2004)) e em Fortaleza a predominância é do uso do imperativo supletivo, da ordem de aproximadamente 70% (p. 195). Note-se uma diferença no percentual de falantes que fazem uso do imperativo associado ao subjuntivo no dialeto de Fortaleza com relação à pesquisa de Cardoso (2009), pois sua amostra se constituiu de um corpus próprio para mapear falantes de Fortaleza que residiam em Brasília há mais de 10 anos (sem ter vivido em outra cidade anteriormente) e dos corpora PORCUFORT e DSC³, estes para mapear os falantes nativos de Fortaleza.

Estas mesmas autoras trazem um aspecto que consideram instigante no que diz respeito ao imperativo supletivo, expresso pela forma verbal do subjuntivo. Além de apresentar tendência sintática específica relacionada aos clíticos (em qualquer das variedades dialetais, estruturas com clíticos depois do verbo exibem imperativo na forma supletiva, analisada como manifestação residual de um sistema em que a ênclise se articula com outras propriedades, que determinam uma codificação distinta para o imperativo), Scherre *et al.* constatam que esta forma supletiva, independentemente da estrutura do discurso – dialógico ou não, falado ou escrito, assegura uma leitura imperativa. A independência desta forma verbal contrasta com uma situação de dependência de âncoras discursivas associada à forma do imperativo verdadeiro (indicativo).

³ PORCUFORT – Português Oral Culto de Fortaleza. DSC – Dialeto Social Cearense.

Afirmam Scherre *et al.* (2007) ser esse contraste provocador de reflexões para com os mecanismos linguísticos – e extralinguísticos – de interpelação dos interlocutores. A expressão do imperativo, nesse aspecto, nas línguas constitui excelente campo para a investigação, com o seu estudo sendo uma das formas de demonstração da importância de tais questões, cabendo, portanto, a sua continuidade. Um outro aspecto diz respeito à correlação no português brasileiro entre as formas variáveis do imperativo verdadeiro e do imperativo supletivo e a alternância igualmente transdialetoal entre o modo indicativo e o modo subjuntivo em orações encaixadas: as áreas geográficas que privilegiam a forma do imperativo verdadeiro – Sul/Sudeste/Centro-Oeste – permitem maior variação da forma indicativa/subjuntiva nas orações encaixadas; as áreas geográficas que privilegiam a forma de imperativo supletivo – algumas cidades do Nordeste – restringem a variação de forma indicativa/subjuntiva nos mesmos contextos.

No Brasil há alguns estudos – Freitas (1994); Morais (1994); Scherre *et al.*(1999) e Cardoso (2004) - realizados sobre a alternância dos modos indicativo e subjuntivo em orações imperativas, proporcionando discussões e apontando caminhos que visam o esclarecimento do uso destes modos e o enriquecimento do trabalho científico à luz da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972).

Morais (1994), por sua vez, ao pesquisar sobre o uso e o emprego do imperativo, analisou dados de fala sem, no entanto, informar quantidade e sem explicitar o perfil social dos falantes, bem como dados da língua escrita, recolhidos de um jornal de Alegrete - RS, de veículos de propaganda e de receitas culinárias. Uma análise preliminar o faz excluir os dados da língua falada, por representarem praticamente ausência de variação, posto que predominava nessa modalidade o emprego da norma culta⁴.

Quando houve a submissão dos dados de fala, o autor constatou um grande indício de variação representado pelo fato de ser o imperativo negativo formado em sua quase totalidade pelo modo indicativo, contrariando assim o que prescreve a Gramática Tradicional

⁴ É importante esclarecer este conceito a fim de contextualizá-la em nosso texto. Por norma culta consideramos as asserções de Bagno (2002) e Faraco (2008). Ambos rechaçam o termo como representativo de uma língua ideal, “de tradição prescritivo-normativa” (Bagno, 2002; 179) e entendem, ao invés disso, que há que se preservar não uma norma, mas as variedades cultas dos falantes, não possuidores de comportamentos linguísticos homogêneos. Para Faraco (2008), se o que o senso comum crê ser norma culta vigorasse, menos de 10 % da população adulta brasileira seriam seus usuários, conforme interpretação de dados coletados pelo NURC – Norma Linguística Urbana Culta. O autor afirma, então, que o que se imagina ser norma culta, na verdade trata-se da linguagem urbana comum, resultado de uma intersecção “dos três *continua* em seus pontos mais próximos do urbano, do letramento e dos estilos mais monitorados” (FARACO, 2008, p.49), não havendo, portanto, grande distinção da norma oral popular.

(GT). Conclui afirmando que a saliência fônica é o fator de maior peso para a variação, sendo que os verbos mais salientes privilegiam menos o modo indicativo (a norma culta) ao passo que os menos salientes privilegiam-no mais.

Freitas (1994), em seu estudo sobre o uso do modo imperativo na linguagem oral do português do Brasil, observou a fala espontânea de entrevistados naturais de Brasília – DF.

Freitas (1994) conclui afirmando haver a alternância subjuntivo/indicativo no mesmo contexto, contrariando a recomendação da GT. A autora sugere um aprofundamento do estudo, como a inclusão de variáveis que reflitam a natureza da linguagem escrita, por exemplo.

Scherre *et al.* (2000, p.3), quando se debruçaram sobre as restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil, realizaram pesquisas em que os dados por eles analisados foram extraídos a partir de situações registradas em circunstâncias naturais, em eventos formais e informais de língua falada, em eventos diversos transmitidos em programas de TV; e em eventos de língua escrita de propaganda que não envolvam diálogo.

Scherre *et al.* (2000, p.4) observam que, em eventos de língua falada, a forma indicativa é registrada predominantemente (80% das ocorrências), ao passo que em eventos de escrita sem diálogo predomina a forma subjuntiva (cerca de 90% das ocorrências), principalmente por razões de natureza sintática e contextual. Os dados analisados foram todos extraídos de situações concretas de uso linguístico. As construções imperativas submetidas a tratamento quantitativo foram extraídas de (1) eventos informais de língua falada em circunstâncias naturais; situações do cotidiano de uma família, reuniões familiares e conversas entre amigos de Brasília – DF (Jesus & Leite, 1995); (2) eventos formais de língua falada em circunstâncias naturais: aulas de alfabetização, de primeiro grau e de curso universitário, aulas de cursos técnicos e reuniões formais de trabalho, também em Brasília (Freitas, 1995; Dettoni, 1995; Dias, 1994, 1995); (3) eventos diversos transmitidos por programas de televisão; (4) *Talk book* de Lair Ribeiro – O Sucesso. (Scherre *et al.*, 2000, p.1335).

Cardoso (2009, p.136) constata através de seu estudo sobre gênero e identidade no âmbito da variação e mudança que, no português brasileiro⁵, o uso do modo imperativo gramatical varia entre as formas do imperativo associado ao indicativo e do imperativo associado ao subjuntivo, tanto para língua escrita como para língua falada em situação de

⁵ A autora estudou as comunidades de fala de Brasília - DF e de Fortaleza – CE.

diálogo. Fatores linguísticos e sociais interferem neste processo de variação, sendo que cada região do país exibe percentuais diferentes, de acordo com as pesquisas da própria Cardoso, de Alves (2001) e de Freitas (1994). Na capital cearense, cuja fonte de dados da autora é o corpus Português Oral Culto de Fortaleza, o PORCUFORT, a frequência média de uso do imperativo associado ao indicativo é de 40% enquanto no Distrito Federal a frequência de uso dessa forma é de mais de 90%.

A mesma autora, ao trabalhar com traços de [+/-] distanciamento do *você*, considera que estes não marcam de forma clara e inequívoca o uso do modo imperativo no português brasileiro e que a existência de traços que marcam relações simétricas e assimétricas no dialeto nordestino deve ser investigada criteriosamente, em trabalhos futuros, por meio da ampliação da análise dos dados, para que se confirme – ou não – a hipótese de que o imperativo associado ao subjuntivo se mantém no Nordeste em função da manutenção desses traços de [+/-] distanciamento.

Embora o imperativo se prevaleça de regras tão definidas quanto a seu uso, de acordo com a GT, observa-se que isto está sujeito a motivações linguísticas e extralinguísticas determinadas, essencialmente, pelas comunidades de fala brasileiras em geral.

Em suma, o objetivo em apresentar este capítulo é demonstrar como a GT enquadra nosso objeto de estudo – o imperativo – e as pesquisas que retratam este modo verbal em situação de variação nas diversas comunidades de fala do Brasil.

3 OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS E HIPÓTESES

Este capítulo apresenta os objetivos desta pesquisa e suas hipóteses, bem como detalha o objeto de estudo.

O objeto de estudo desta pesquisa é, de maneira geral, analisar o uso do imperativo gramatical na fala de Fortaleza, em que pesem motivações semânticas e morfossintáticas dos verbos, bem como as de natureza social como sexo, escolaridade e faixa etária.

A variável dependente é o uso do imperativo associado à forma indicativa ou à forma subjuntiva. As formas *cantE/mexA/acendA* e *CantA/MexE/acendE* são consideradas variantes do imperativo, que podem expressar pedido, solicitação, convite, súplica, aviso, conselho, sugestão, exortação ou ordem, em orações sem sujeito exposto, todavia, com pouca ou nenhuma relação aos contextos de ocorrência dos pronomes *tu* ou *você* (ANDRADE; MELO; SCHERRE, 2007).

3.1 Objetivos

a) Analisar as motivações linguísticas e extralinguísticas condicionadoras do uso do modo imperativo associado ao indicativo e o imperativo associado ao subjuntivo na fala de Fortaleza tais como verbo da oração, conjugação verbal, posição do pronome clítico, polaridade do imperativo e grupo semântico.

Esse objetivo é referente aos condicionamentos linguísticos. Nesse sentido, as conjugações verbais favorecem o uso do subjuntivo na fala de Fortaleza? Os grupos semânticos favorecem o uso do subjuntivo e do indicativo em quais contextos e com que frequência? Quanto à forma, é o imperativo negativo que o falante de Fortaleza usa com mais frequência com destaque para o modo subjuntivo? A posição dos clíticos na oração influencia na adesão, pelo falante fortalezense, do imperativo associado ao modo subjuntivo ou ao indicativo? Qual a tendência de uso do subjuntivo em orações em que há ausência de clíticos?

No que se refere ao aspecto semântico dos verbos das orações imperativas tratadas nesta pesquisa que indicam comando/ordem; súplica, pedido e convite; advertência, conselho e sugestão e pedido com as expressões *por favor* e *pelo amor de Deus*, quais as que favorecem o uso mais frequente do imperativo associado ao modo subjuntivo?

b) Analisar e quantificar a atuação das variáveis sociais sexo, anos de escolaridade e faixa etária no uso variável do imperativo gramatical falado em Fortaleza.

Falantes de Fortaleza do sexo feminino estão mais propensos ao uso do modo subjuntivo nas orações imperativas do que falantes do sexo masculino, considerando-se que este uso atende ao que afirmam alguns gramáticos da GT?⁶ A maior escolaridade estimulará, da mesma forma, à preservação do uso tradicional da fala de Fortaleza? Os falantes mais jovens tendem ao uso variável dos modos verbais de forma mais evidente na fala e utilizam o imperativo indicativo, forma menos marcada, sinalizando para mudança em progresso?

c) Analisar os resultados fornecidos pelas rodadas estatísticas realizadas com o suporte do programa GOLDVARB X, a fim investigar a tendência de uso em termos estatísticos e linguísticos das formas verbais subjuntivo e indicativo, especificamente da primeira, valor de aplicação desta pesquisa.

Importante salientar neste momento que o tema deste trabalho e dos dois autores referidos acima se interseccionam se houver a consideração de que tratam da língua falada. No entanto, a abordagem se modifica ao compreender que Cardoso tratou dos fortalezenses migrantes e comparou a fala destes com a dos brasilienses. A pesquisa de Alves, sim, aproxima-se mais desta por haver a replicação de alguns grupos de fatores como grupo semântico, conjugação verbal ou forma do imperativo – aqui chamado de polaridade da estrutura da oração – e a inserção de outros como verbos da oração, por exemplo.

3.2 Hipóteses

Como primeira hipótese temos que o imperativo negativo favorece o uso dos verbos no modo subjuntivo, como Scherre (2001; p. 03) já encontrara em dados analisados a partir de revistas em quadrinhos – em que “a polaridade negativa aumenta o uso do imperativo negativo”, assim como o posicionamento do pronome oblíquo explícito ou implícito diante do verbo da oração, como Scherre (2000; p. 1338) apresenta em sua pesquisa. No fator que está sendo chamado aqui de grupo semântico, deverá encontrar-se o subfator *ordem* como o que mais beneficiará ou motivará o uso verbal em modo subjuntivo, considerando que está primordialmente relacionado com o ato de comando.

⁶ Ver capítulo 2, em especial Cunha e Cintra (2001).

Na hipótese seguinte, afirmamos que os falantes de idade mais avançada conservam as formas e os usos verbais mais cristalizados, enquanto os mais jovens têm maior suscetibilidade à mudança. No quesito escolaridade, ratificar-se-á a teoria de que os mais escolarizados apresentam motivação para o uso da variante imperativo indicativo, ao passo que os de escolaridade de 0-4 anos usam o imperativo subjuntivo. Carvalho (2014), em seu estudo sobre a alternância das formas subjuntiva e indicativa na fala do Ceará, no contexto de orações subordinadas substantivas e comparando dados de Fortaleza e da região do Cariri, concluiu que os falantes da faixa etária dos menos escolarizados (0 a 4 anos de instrução) usam mais o subjuntivo.

Quanto ao gênero, na pesquisa de Cardoso (2009), que tratava de falantes nascidos em Fortaleza que migraram para a capital federal, informantes do sexo feminino tem uma porcentagem maior de utilização do indicativo em orações imperativas do que os informantes do sexo masculino. A proposta, então, é a comprovação ou não dos falantes fortalezenses que residem em sua cidade natal se encontrarem em situação cujos resultados corroborem os de pesquisas anteriores, como a supracitada.

Buscou-se neste capítulo balizar a pesquisa ora empreendida e lançar luz sobre os questionamentos cuja análise de dados, fundamentados na teoria Sociolinguística, deverá respondê-los e apontar caminhos para o desenvolvimento deste e de outros empreendimentos científicos da área de Descrição e Análise Linguística. No próximo capítulo, apresentaremos o arcabouço teórico que serve a este trabalho.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo que se inicia versará sobre a Sociolinguística Quantitativa, que atua como um valioso suporte ao estudo e análises que são apresentados neste trabalho. Tratar-se-á, sinteticamente, da Teoria da Variação e Mudança Linguística com o foco na Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Embora alguns possam considerar a relação direta dos preceitos desta pesquisa com o Funcionalismo um pouco distante, entendemos caber aqui uma pequena alusão a esta escola, para introduzir este capítulo, uma vez que o funcionalismo em Linguística se caracteriza como um instrumento de interação social entre os seres humanos. Segundo Nogueira (2006) “o paradigma funcionalista considera a língua como uma atividade volátil, de regularidade provisórias, sensível às pressões de uso e, portanto, sujeita a todo tipo de adaptação” (NOGUEIRA, 2006, p.23-24).

Assim, em todas as suas vertentes, a saber: os funcionalismos praguense, inglês (de Halliday), norte-americano e holandês, percebe-se o interesse dos estudos funcionalistas na investigação da língua como um sistema não-autônomo, capaz de ceder às pressões de demandas de uso diferentes no âmbito de interações verbais.

Entendamos a partir de agora sob que condições o surgimento da Sociolinguística Quantitativa se deu, bem como sua contribuição para os estudos que abrangem a variação e a mudança linguística. Para isso, é necessária uma rápida revisita ao fim do século XIX e início do século XX.

A influência de Herman Paul⁷, citado por Weinreich, Labov e Herzog (1968), sobre uma geração de linguistas, no reconhecimento do ponto de vista dialetológico sobre a mudança linguística, embora se tornasse um futuro alvo de pensamentos antineogramáticos encontra eco em Saussure (2006), para quem a língua tem um lado individual, denominado *parole*, e um lado social, denominado *langue*, que não podem ser concebidos isoladamente. Como bem dizem Weinreich, Labov e Herzog (1968, p.55), “para Saussure, a sistematicidade da língua depende da existência, dentro do indivíduo, de uma faculdade de associação e de uma coordenação”. Também é estabelecido pelo suíço o estudo da língua em sincronia e diacronia, no qual a primeira compreende a língua como um sistema estático, homogêneo e

⁷ Hermann Otto Theodor Paul (1846-1921), linguista alemão.

regular. Já no nível diacrônico os termos evoluem e se substituem. Dessa forma, a linguística sincrônica

se ocupa das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e sistemáticos, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A Linguística sincrônica, por sua vez, estuda as relações que unem termos sucessivos não perceptíveis por uma mesma consciência coletiva e substituem uns aos outros sem formar sistema entre si (SAUSSURE, 2006, p.116).

O estudo da linguística sincrônica não é, para ele, o conjunto de um todo simultâneo, mas os fatos simultâneos que pertencem a uma mesma língua. Ele prossegue alertando que deve haver uma necessária separação dos objetos de estudo homogêneos e que não existem dialetos naturais, acrescentando que “no fundo, o termo sincronia não é bastante preciso; ele deveria ser substituído pelo termo, um pouco mais longo, idiosincronia” (SAUSSURE, 2006, p.128). Já a linguística diacrônica rejeita semelhante especialização.

Ao distinguir fala (*parole*) de língua (*langue*), Saussure rompe com o psicologismo característico do pensamento neogramático. Ele via a língua como social e a fala como individual. O que o suíço não contempla, entretanto, é o papel da comunidade como a matriz de desempenho da fala individual. Em sua teoria, uma língua heterogênea não encontra lugar como objeto legítimo de investigação sincrônica, afinal, para ele “a língua é homogênea” (SAUSSURE, 2006, p.32). Em consonância com Paul, Saussure encara a heterogeneidade como uma imprecisão de desempenho dentro do uso linguístico de uma comunidade.

Vale abordar ainda, no Formalismo, a visão de Bloomfield, para quem, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968) demonstrava “um nível variável de interesse pela diversidade linguística de uma comunidade de fala”. O que o vincula ao grupo dos mestres neogramáticos é a falta de interesse pelo caráter sistemático da língua heterogênea de uma comunidade. Não reagindo à possibilidade do estado de uma língua servir como um determinante de mudanças em si mesma. A explicação da mudança, para o norte-americano, estava na imitação, inteiramente determinada pelo “prestígio” do modelo.

Labov (1978, p.186) entende que conceber a língua enquanto aspecto social e estudar a fala – postulada como individual – inserida no contexto social é um paradoxo saussuriano.

Sinteticamente, na perspectiva chomskiana, representativa do Gerativismo, o interesse é pela competência de um falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade

linguística homogênea que tem domínio sobre sua língua e não se deixa afetar por condições gramaticais irrelevantes, como limitações de memória, distrações, mudanças de atenção e interesse e erros de aplicação de seu conhecimento de língua em desempenho real. Mussalin e Bentes (2008) vêm subsidiar esse dado ao argumentarem, baseadas nesta perspectiva, que o ser humano traz consigo a capacidade da linguagem, que vem a ser os universais lingüísticos, o que a coloca sob o domínio cognitivo e biológico, já que preconiza a existência de uma Gramática Universal (GU), “dotada de princípios universais pertencentes à faculdade da linguagem, e de parâmetros ‘fixados pela experiência’, não marcados, com valores (+ ou -) por contato com a língua materna”⁸ (LABOV, 2008, p. 208). Portanto, não há espaço para que se considere o uso e fatores que podem interferir na produção, aquisição ou interação dos falantes de uma língua, posto que Chomsky entende que o *input* e o *output* exercem o papel de construtores da gramática de um indivíduo.

4.1 Sociolinguística

Até aqui, pode-se observar as diferentes (e divergentes) perspectivas dos estudiosos no que dizia respeito à investigação linguística e sua mudança. Em comum, os conceitos de homogeneidade e idealização de falantes, excluindo o fator comunidade como determinante no processo de transformação destes e considerando as variações como imprecisões ou interferências em um grau a ser desprezado. A Sociolinguística irá discutir os paradoxos e procurar preencher as lacunas deixadas pelos conceitos formalista e gerativista quanto a estas questões e, como será visto adiante, explicar os mecanismos que tornam possíveis mudanças e variações lingüísticas a partir de comunidades de fala.

Partindo da premissa de que Labov considera o termo Sociolinguística um tanto redundante, por argumentar que “a língua é uma forma de comportamento social” (LABOV, 1972, p.215), já que o uso deve ser realizado em um contexto social e com a intenção de comunicação, o estudo empreendido nesta pesquisa se insere no aparato teórico da Teoria da Variação e Mudança Linguística, que introduz a noção de variação inerente ao sistema lingüístico e considera a relação entre línguas e sociedade. Desta feita, busca-se obter o embasamento adequado que oferecerá subsídios à investigação científica a ser empreendida.

⁸ Teoria de Princípios e Parâmetros ou paramétrica. (Mussalin e Bentes, 2008), descrita neste trabalho de maneira simplista tal como se concebia na ocasião de seu destacamento. Atualmente, novas teorias sobre o assunto já ultrapassaram esse modelo.

Mussalin e Bentes (2008) oferecem uma explanação simples e muito didática sobre o estudo da variação linguística à luz da Sociolinguística:

Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico. Nesse sentido, qualquer tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente – se valer de oposições como “língua e fala” ou competência e performance – significa uma redução na compreensão do fenômeno linguístico (MUSSALIN, BENTES, 2008, p.33).

Este deverá ser o mote para se demonstrar de que forma a abordagem dos pressupostos teóricos servirão para o maior entendimento, descrição e análise do fenômeno em estudo.

A Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa surgiu nos anos 60 do século passado, da proposta de Uriel Weinreich, Marvin Herzog e William Labov (1968), com o objetivo de desenvolver uma teoria que pudesse descrever a língua e seus determinantes sociais e linguísticos, bem como produzir uma teoria da mudança que sedimentasse o uso variável da língua.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) consideram ainda “indispensável construir uma teoria que rompa com o axioma da homogeneidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 13) que norteava os estudos linguísticos a partir dos neogramáticos até ali, ao responder à questão sobre como funciona a língua enquanto muda a estrutura e se ela guarda a mesma eficiência ao ter esta mudança promovida. A homogeneidade da língua, propõem eles, deve ser abandonada instaurando-se em seu lugar “o axioma da heterogeneidade ordenada” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.13) buscando caminhos teóricos para que os fatos da heterogeneidade (língua como realidade variável) e abordagem estrutural (língua como realidade ordenada) fossem harmonizados.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) ponderam que um modelo de língua que organize os fatos de uso variável com seus determinantes sociais e estilísticos, conduz a descrições mais adequadas da competência linguística. Assim sendo, uma teoria da mudança deve conceber a língua como um objeto portador de heterogeneidade sistemática, sob a ótica da diacronia e/ou da sincronia. Nessa perspectiva, o reflexo da heterogeneidade através do desempenho é o evento no qual se busca a estrutura, sistema e funcionamento da língua, bem como deve explicar o efetivo funcionamento dos sistemas em momentos de mudança. Para tal, faz-se necessário estudar a língua do indivíduo na comunidade, em situação real de contexto e fala.

São dois os princípios básicos para o estudo da língua, ao se tentar estabelecer a heterogeneidade sistemática:

- a) Deixar de identificar estrutura linguística com homogeneidade e conceber como opção racional a possibilidade de descrever ordenadamente a diferenciação numa língua que serve à comunidade.
- b) Entender que as gramáticas nas quais uma mudança linguística ocorre representam gramáticas de comunidade de fala. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.104).

A Sociolinguística não corrobora com o ideário da relação língua/homogeneidade ao absorver a ideia de variação sistemática motivada por pressões sociais que operam sobre a língua, não devendo, pois, ser estudada fora do contexto social (LABOV, 1972).

Weinreich, Labov e Herzog explicam que ao longo das décadas de 1920 e 1930 linguistas da Europa e da América afastam-se da unidade psicológica simples do idioleto “tal como postulada por Paul.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.97). Abordagens multiestratificadas foram utilizadas para caracterizar sistemas coexistentes em uma mesma comunidade e Jakobson declarou que a alternância de estilo “é um fato permanente que não compromete a sistematicidade de cada estilo como um objeto da descrição linguística.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.97). Isto se configura em um indício de que a descrição das línguas faladas no mundo passava a contar com um novo olhar, mais abrangente e próximo do que se poderia considerar real sobre a fala de seus respectivos praticantes, situação em grande parte renegada pelas concepções estruturalista e gerativista.

4.2 Alguns problemas

Há, no entanto, alguns problemas apontados por Labov (1972) no que tange à fala como objeto de estudo, a saber:

- a) A agramaticidade – a fala é cheia de formas agramaticais. Frases mal-formadas são rechaçadas pelos falantes, que as condenam e mudam quando sua atenção é chamada para elas;
- b) A variação na fala e na comunidade de fala – as variantes pertencem a dois sistemas diferentes; a alternância é um exemplo de mistura dialetal ou alternância de código ou as mesmas encontram-se em variação livre dentro do mesmo sistema. Este problema

coloca a variação fora do sistema em estudo, porém, para se comprovar uma alternância de código, deve-se mostrar que o falante realiza um movimento de um conjunto consistente de regras para outro. Já na variação livre, é preciso demonstrar que este movimento não ocorre de nenhuma forma;

c) Dificuldade de ouvir e gravar – gravações de fala em situação de uso real, conforme Labov (1972), são quase sempre de qualidade muito deficiente. Os ruídos de toda sorte reduzem a qualidade fonética dos dados;

d) A raridade das formas sintáticas – não se pode esperar que os falantes produzam formas que não sejam as adequadas às mais comuns. A não ser que sejam estimuladas, as formas sintáticas e fonológicas ‘reais’ não farão parte do *corpus*.

Labov (1972) aponta ainda alguns problemas no estudo das intuições. Contrariando as expectativas de Chomsky, de que o objeto próprio da Linguística devia estar restrito aos julgamentos intuitivos dos falantes nativos, casos considerados marginais, duvidosos na mente do teórico ou do falante são numerosos e não decididos por regras formadas a partir dos casos *claros* (grifo nosso). Estes casos permanecem problemáticos e não contam com o consenso geral de seus estudiosos.

4.3 Língua e sociedade e a regra variável

Situada em relação ao conjunto língua e sociedade, a Teoria da Variação e Mudança Linguística considera a variedade das formas em uso como objeto complexo, decorrente dos fatores internos, próprios do sistema linguístico e dos fatores sociais cuja interação ocorre nos atos comunicacionais. O modelo teórico-metodológico variacionista busca a ordenação da heterogeneidade e considera a variação inerente ao sistema linguístico, sistemática, regular e ordenada. Propõe-se explicá-la, descrevê-la, relacionando-a com contextos social e linguístico (LABOV, 1972). Além disso, devem os objetos atores de uma variação coexistir de modo que se estabeleçam como em competição entre si e não se complementando. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Partindo do pressuposto que a abordagem sociolinguística enfatiza a variabilidade e concebe a língua como instrumento de comunicação usado por falantes da comunidade, num sistema de associações comumente aceito entre formas arbitrárias e seus significados, verifica-se o objetivo como sendo o de explicar o processo de mudança linguística em função

de diversos fatores, assim subdivididos: *linguísticos*, variáveis internas da língua; e *sociais*, variáveis relacionadas ao falante como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras, atuando de maneira probabilística na variação da língua, sendo possível revelar quais ambientes linguísticos influenciam regularmente a frequência, de uma variante ou outra, e quais contextos linguísticos e/ou sociais são mais relevantes no fenômeno observado (LABOV, 1994).

De acordo com a Teoria da Variação e Mudança Linguística, os fatos linguísticos são entidades teóricas, de modo que a realização de uma ou outra variante das formas em competição (em concordância com o que preconizam Weinreich, Labov e Herzog (1968)) constitui o seu objeto de análise. Esse modelo teórico-metodológico observa que a noção da opcionalidade deixa de captar a natureza da variação sistemática que existe no mesmo nível da gramática de um único indivíduo (CERDERGREN; SANKOFF, 1974).

O modelo variacionista reza que a frequência de aplicação de uma dada regra opcional pode depender fortemente de restrições do contexto linguístico e dos aspectos sociais diretamente ligados ao falante. Introduce, nesse sentido, a noção de regra variável, desenvolvida a partir da análise e notação fonológica gerativa, em que a presença de um dado traço ou subcategoria deve afetar a frequência de aplicação de uma regra de forma probabilisticamente uniforme em todos os ambientes em que esses traços apareçam (CEDERGREN; SANKOFF, 1974).

Por esta razão, com o intuito de que se consiga a sustentação embasada de um fenômeno cuja variação pode existir no dialeto de uma comunidade de fala, no idioleto⁹ de um de seus falantes ou mesmo dentro de uma oração produzida por eles é que se trabalha com o conceito de regra variável, isto é, “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.105). Assim, uma variável linguística, conforme esses autores

tem de ser definida sob condições estritas, para que seja parte da estrutura linguística; de outro modo, se estará simplesmente escancarando a porta para regras em que “frequentemente” ou “ocasionalmente” ou “às vezes” se aplicam. A evidência quantitativa para a co-variação entre a variável em questão e algum outro elemento linguístico ou extralinguístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.107).

⁹ Segundo Weinreich, Labov & Herzog, (1968), língua da qual o indivíduo faz uso, absorvida da comunidade de fala em que se insere, mas sujeita a variações não obrigatoriamente compartilhadas por esta.

Para Naro (1992) a operação de uma regra variável é sempre o efeito da ação simultânea de vários fatores. As regras variáveis apresentam, portanto, os fatos linguísticos que a linguística estruturalista e a gerativa representariam por meios de regras opcionais ou categóricas (LABOV, 1972). Assim, o estudo do processo da mudança envolve o conceito de variação e regra governada.

A fim de que se obtenha tal conceito, os dados da fala semi-espontânea são submetidos a um suporte metodológico baseado em modelo matemático estatístico que fornece a frequência da aplicação e probabilidade de uso de uma dada regra variável condicionada por restrições linguísticas e sociais.

A observação e a análise de fenômenos variáveis permitem o levantamento de hipóteses sobre porque se produzem certas mudanças, como se difundem através do tempo e quais são os mecanismos linguisticamente sociais que as favorecem.

Em Corvalán (1988 *apud* CARVALHO, 2007) o processo de covariação, pertinente por ocasião do tema desta pesquisa, que está em competição por um longo período de tempo se completa produzindo um elemento linguístico categórico adquirindo novo significado social. No entanto, não é facilmente observado. Implica, em princípio, em identificar as formas analisadas e os contextos que estão operando esse processo de mudança. Ao analista cabe inferir o significado ou a função de cada dado, conhecer a variedade de fala e entender o bastante sobre o que está implícito no discurso particular para ser capaz de compreender a variação da comunidade de fala. Sankoff (1988) diz que é necessário utilizar-se de observações diretas com base em grandes amostras de dados coletados no seio da comunidade de fala. Há casos em que uma determinada variante permanece estável ao longo dos séculos. Assim, o comportamento do indivíduo é estável por todo o tempo de sua vida, e a comunidade, conseqüentemente, permanece estável, não havendo, portanto, variação para analisar.

Nesse sentido, verifica-se uma estreita correlação dos fatores sociais sobre os fenômenos linguísticos. Sexo, faixa etária, escolaridade são indicadores do processo de variação e não poderia ser diferente. Afinal, ainda que, segundo Labov (1972), regras linguísticas não estejam necessariamente ligadas a qualquer valor social, são parte do “elaborado mecanismo do que o falante precisa para traduzir seu complexo conjunto de significados ou intenções em forma linear.” (LABOV, 1972). Segue o autor citando os valores sociais como influenciadores de regras linguísticas quando se percebe a variação. De

imediatamente, é difícil que os falantes compreendam que duas expressões diferentes tenham o mesmo significado e que por isso, de acordo com o estudioso norte-americano, tende-se a atribuição de significados distintos para elas. Sua observação sobre o assunto continua ao afirmar que

Se dado grupo de falantes usa uma variante particular, então os valores sociais atribuídos a esse grupo serão transferidos a essa variante linguística. Sturtevant (1947) propôs um modelo geral de mudança linguística mostrando a oposição de duas formas, cada qual favorecida por um grupo social particular. Quando a questão fica resolvida, e uma forma se torna universal, o valor social associado a ela desaparece. (LABOV, 1972, p. 290, 291).

Em caso de variação estável, os jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento, contrariando com a população de meia-idade, por exemplo. Nesse caso, o quadro representativo apresenta um padrão curvilíneo, com o uso das formas de prestígio situado na faixa etária intermediária.

Já a mudança linguística requer, virtualmente, um período de transição constante, de variabilidade, de competição entre estruturas e de divergências dentro da comunidade do falante (SANKOFF, 1988a).

4.4 Tempo aparente e tempo real

Para o processo de entendimento da mudança linguística em progresso, faz-se necessário traçar os estudos em dois aspectos baseados na estratificação da amostra: tempo aparente e tempo real.

Na amostra em tempo aparente a variável linguística é distribuída através dos níveis de idade dos falantes, o que em termos de acompanhamento do progresso da mudança, tem uma aplicabilidade maior, pois, em relação ao tempo real, difere por não ter que acompanhar um grupo ou uma comunidade de falantes, por exemplo, por 20, 30 ou até 50 anos. A dificuldade desse tipo de observação consiste em entender se a significativa correlação entre a idade e a variável linguística estabelecida trata-se de uma verdadeira mudança em progresso ou de gradação etária, que é a mudança de comportamento linguístico característica de certa idade, que se repete em cada geração, alterando a frequência de algumas variáveis linguísticas por serem modificadas ou corrigidas em uma idade mais avançada do indivíduo. Para Labov (1966), adolescentes e adultos jovens usam variantes

estigmatizadas mais livremente do que falantes de meia-idade, especialmente quando estão sendo observados.

Pode-se citar como exemplo de pesquisa em tempo aparente, a de Tagliamonte e Cameron¹⁰. Meyerhoff (2006) relata que Tagliamonte usou o tempo aparente para inferir se as variáveis as quais ela estudava – em Yorkshire English – encontravam-se em mudança progressiva ou não, agrupando sua amostra de informantes conforme suas faixas etárias. Ela os aglutinou em quatro faixas para avaliar quais eram as tendências gerais.

Cameron também utilizou, segundo Meyerhoff (2006) dados em tempo aparente para explorar o uso variável dos verbos de citação no espanhol de Porto Rico, usados para introduzir discurso indireto, pois, diferentemente do inglês, que usa os verbos canônicos *say* (dizer, *diz*) e *think* (pensar, *pensa*), o espanhol de Porto Rico tem várias estratégias para tal. Para não estender muito este tópico, concluímos o exemplo de Meyerhoff informando que Cameron, por meio dos dados em tempo aparente, encontrou caso claro de mudança em progresso, comparando a amostra dos informantes mais jovens com a dos de idade mais avançada.

Os dados em tempo aparente são usados pelos linguistas para que chequem dinamicamente tipos de dados longitudinais aos quais eles nem sempre tem acesso. Mas com o desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos, Meyerhoff “começa a ver mais estudos incluírem o componente tempo real em seus métodos”¹¹ (MEYERHOFF, 2006, p.139, tradução nossa). Isso significa seguir os mesmos indivíduos durante um período real de tempo, chamado de estudo de painel (*panel studies*).

Assim como no caso dos estudos em tempo aparente, também há exemplos relatados por Meyerhoff sobre este tipo que ora se analisa. Trata-se de uma pesquisa que envolveu os mesmos informantes em repetidas entrevistas na cidade de Montreal, Canadá. Vejamos o relato de Meyerhoff: “Os pesquisadores agora possuem dados de entrevistas de 1971, 1984 e 1995 e

podem comparar o comportamento dos informantes em relação a diversas variáveis fonológicas, morfológicas e lexicais.”¹² (MEYERHOFF, 2006, p.139, tradução nossa).

¹⁰ Sali Tagliamonte e Richard Cameron realizaram as pesquisas citadas respectivamente em 1998.

¹¹ “we are starting to see more studies include a real time component in their methods”.

¹² “Researchers now have data from 1971, 1984 and 1985 interviews and can compare the speakers’ behaviour with respect to several phonological, morphological and lexical variables.”

São diversos os exemplos de pesquisas baseadas nestes tipos de estudos que certamente são capazes de alimentar trabalhos mais específicos sobre este tema. Aqui, os conceitos de estudos em tempo aparente e tempo real são apresentados para que seja demonstrado que o processo de observação da variação e mudança da língua requer técnicas de observação, análise e discussão dos dados na variação sincrônica que operam na gramática do falante, exigindo do pesquisador um longo período de tempo, com o objetivo de apresentar um quadro do funcionamento da língua mais próximo da realidade dos fatos e, conseqüentemente, evitar informações apressadas acerca do que está acontecendo no sistema sob análise.

Adiante, demonstrar-se-á a adequação da teoria mencionada até aqui aos estudos desta pesquisa, partindo da concepção laboviana de regra variável e do enfoque da língua como um sistema heterogêneo, variante e sensível às pressões da comunidade de fala.

4.5 Questões de Lavandera a Labov: significado referencial para além da variação fonológica

A Teoria da Variação e Mudança Linguística capta a língua em uso num contexto social e busca entender as forças que estão em jogo no processo da variação. Os fenômenos de natureza linguística fonológica se encaixam, sem maiores problemas, nos critérios estabelecidos para a regra variável de que duas ou mais formas variantes ocorrem no mesmo contexto, com o mesmo significado referencial.

Lavandera (1978), porém, discute a relação da significação na variação sintática, dada a aplicação do conceito da regra variável a fenômenos morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos.

A questão aí é como controlar os dados de natureza não fonológica, no sentido de atender a exigência de duas formas alternantes com mesmo valor de verdade no mesmo contexto.

Lavandera (1978) pondera que é mais plausível aceitar a variação fonológica do que a não fonológica, já que os fonemas não são dotados de significado referencial como os morfemas, itens lexicais e construções sintáticas. Lavandera aconselha não só que o conceito deste significado seja expandido, como também se considere uma comparação funcional das

variantes. A seguir, tem-se descritas algumas construções para que possam ser avaliadas se compreendem equivalência comunicativa:

(4) *Estou com fome!*

(5) *Já é hora de almoço?*

(6) *Meu estômago está roncando.*

Lavandera entende que essas sentenças poderiam ser tratadas como variantes de uma mesma variável. Em resposta aos questionamentos da cientista, contudo, esses exemplos, na perspectiva de Labov, não constituem tais variantes, já que a exigência de mesmo significado não está sendo cumprida. Ele acrescenta que se deve limitá-lo ao invés de estendê-lo para que não se perca a análise no âmbito da variação e para que não haja problema em estabelecer uma identificação de significado referencial para as variáveis sistemáticas como, por exemplo, no caso da concordância múltipla negativa no inglês, em que tanto as negações simples como a múltipla apresentam o mesmo valor de verdade. Sugere, então, que se parta de dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas (ou mesmo significado referencial) com o mesmo valor de verdade.

Além disso, duas formas linguísticas não têm o mesmo significado referencial em todos os contextos de uso, daí a necessidade de se definir de forma criteriosa a regra variável.

Outra questão que Lavandera coloca em seu texto é o fato de que muitos estudos sociolinguísticos têm deixado de lado o componente social e estilístico. O estudo da alternância entre voz passiva e ativa sem agente no inglês publicado por Weiner e Labov (1977), que visava esclarecer a questão de que traços sintáticos e semânticos do ambiente podem restringir ou serem predominantes para a escolha por uma determinada forma, é um dos alvos de sua crítica, por desconsiderar fatores externos, ou seja, social ou estilístico apresentando como relevantes apenas fatores linguísticos, embora estes ocupem importância de maior grau, geralmente. Ao não se estabelecer uma clara estratificação social, deixou de ser uma variação sociolinguística e, sim, linguística.

Segue a autora supracitada um dos postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968) quando argumentam que estando a estrutura linguística mutante encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, são intrínsecos a ela, a estrutura, elementos geográficos e variações sociais. Fatores sociais podem pesar sobre o sistema, mas há um desequilíbrio na distribuição por todos os elementos do sistema da significação social, “nem tampouco todos os aspectos do sistema são equitativamente marcados por variação regional” (WEINREICH;

LABOV; HERZOG, 1968, p. 123). Continuam os autores, ponderando que o fator social não é necessariamente presente de maneira uniforme ou mesmo significativa na mudança linguística e que o linguista, assim, deve determinar o grau de correlação existente e mostrar como ela atua sobre o sistema linguístico abstrato e não apenas demonstrar a motivação social de uma mudança.

4.6 A questão do dialeto e do idioleto

Por realizar observações sobre uma comunidade de falantes, consideremos o interesse por entender como funcionam os conceitos de dialeto e idioleto. Embora haja a compreensão de nossa parte de não estarmos tratando deles no contexto do uso variável do imperativo na fala de Fortaleza, encaminhamos uma breve referência a este aspecto da teoria. Para Labov (1972) é difícil promover uma justificativa para o termo “dialeto” em uma discussão sobre a variabilidade dos julgamentos, pois não há provas de uma diferença de uso de dois conjuntos sistemáticos de regras por dois grupos de falantes. Por isso, a fim de se adequar às exigências da homogeneidade saussuriana sobre os objetos de estudo, buscou-se gradualmente segmentos de estudo cada vez menores.

O idioleto representa a fala de uma só pessoa falando sobre um mesmo assunto por determinado período de tempo (Bloch *apud* Labov, 1972), cuja intenção era a busca de dados homogêneos. No entanto, argumenta Labov, é difícil que alguém tenha encontrado tais dados e, o conceito de idioleto como objeto próprio da descrição linguística “representa uma derrota da noção saussuriana de *langue* como um objeto de entendimento social uniforme” (LABOV, 1972, p.225).

4.7 Condicionamentos

Como a Sociolinguística testa grupos de fatores sobre fenômenos identificados como suscetíveis à prática da língua (à fala, essencialmente), consideramos importante abordar os elementos que exercem pressão no intuito, consciente ou não, de motivar variações e/ou mudanças linguísticas. Labov (1972) apresenta uma lista de condicionamentos que vão desde a classe socioeconômica do indivíduo até seu gênero, importantes para que se possa analisar de que maneira e com qual intensidade estes aspectos pressionam a produção oral dos

indivíduos inseridos nas comunidades de fala. Em comunidades rurais (ou em bairros periféricos), diz o autor, a identidade local “é uma categoria de pertencimento extremamente importante – muitas vezes impossível de reivindicar e difícil de conquistar” (LABOV, 1972, p.342).

Em muitas cidades da Nova Inglaterra, por exemplo, existem subcategorias como a de “veranistas”, “recém-chegados” ou “forasteiros”, estes sendo ‘marginalizados’ por muitos anos antes de serem aceitos, bem como imigrantes, indígenas e grupos étnicos.

No caso de Martha Vineyard, essa categorização social parece ter dado o tom da pesquisa, pois era, de acordo com Labov (1972) a que mais se correlacionava com a mudança linguística observada, ultrapassando fatores como profissão, localização geográfica, educação ou sexo.

Outro item a ser explorado é a transformação de dialetos regionais em dialetos de classes urbanas, relacionado a movimentação da população de áreas rurais para os pólos urbanos. A situação até certo ponto comum, em que o falante é ridicularizado por sua produção oral marcada pela identidade local, em outra comunidade. Em razão disto, para inserir-se ao grupo, ocorre um processo rápido de “transformação dos traços mais salientes dos dialetos rurais à medida que os falantes se incorporem à vida urbana” (LABOV, 1972, p.343). Porém, não se trata de uma regra. Como exemplo, poderíamos mencionar o inglês vernacular negro, em que uma série de diferenciações fonológicas e sintáticas são mantidas com certa uniformidade geográfica e resistem às importações do inglês padrão no sistema escolar.

Há ainda um condicionamento trazido por Labov (1972) muito importante para esta pesquisa que é o papel das mulheres. O autor cita Gauchat, que estudou o dialeto de Charmey, na Suíça, e concluiu, após analisar os casos, que a mudança em andamento estava ocorrendo muito em função da promoção das mulheres de formas linguísticas inovadoras em maior grau do que os homens.

Afirma Labov, ao mencionar Gauchat, que este exemplifica outros episódios em que as mulheres de Paris eram retratadas como “iniciadoras de mudanças linguísticas” (LABOV, 1972, p.346). Seguimos com ele, Labov, quando exemplifica seu estudo sobre a comunidade de fala de Nova York:

Podemos apontar comportamento semelhante na evolução do inglês na cidade de Nova York, e aqui o padrão de diferenças entre os sexos é ainda mais notável. Caso após caso, descobrimos que as mulheres usam as formas mais avançadas em sua

própria fala informal e se corrigem mais nitidamente no outro extremo da fala monitorada. (LABOV, 1972, p.346).

Para Labov não apenas a sensibilidade feminina às formas de prestígio justifica a forte presença de mais mulheres que homens no ‘comando’ das ações de influenciar a mudança linguística. Ele especula que na medida em que os pais influenciam na leitura inicial da criança, as mulheres têm participação maciça em tal processo por estarem em contato mais tempo com aquelas e tem uma influência mais direta durante os anos de formação infantil das regras linguísticas com maior fluidez.

Contudo, elas nem sempre conduzem os processos de mudança. Labov afirma que no seu trabalho em Martha’s Vineyard, a centralização de /ay/ e /aw/ foi detectada mais em falantes homens, tendo o sexo feminino uma tendência mais fraca. Ainda em se tratando de exemplos, ele cita Trudgill, cuja pesquisa em Norwich, em 1971, mostra que as mulheres são mais influenciadas pelas formas padrão e os homens inovam no vernáculo da fala informal de maneira mais significativa, assim parecendo ocorrer de modo geral para diversas mudanças sonoras em cidades inglesas. Conclui Labov: “a generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística” (LABOV, 1972, p.348)

Diante destes postulados teóricos, acreditamos que esta pesquisa encontra-se em um movimento de convergência para os conceitos apresentados, tendo em vista que o estudo de uma comunidade de fala engloba, em sua complexidade, as variações e as tendências de mudança no uso da língua, captadas a partir da observação e da aplicação de procedimentos metodológicos devidamente testados, auxiliando, assim, à obtenção de resultados capazes de revelar alteração ou estabilidade das variáveis em foco.

Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

5 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão definidos de modo a atender aos objetivos deste trabalho. O material linguístico analisado será extraído do banco de dados Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR (ARAÚJO, 2011), composto de 198 informantes distribuídos em 161 entrevistas.

Antes de demonstrar os métodos, julgamos necessário realizar uma descrição do *corpus* linguístico que serve a esta pesquisa. O NORPOFOR surgiu da necessidade da existência de um banco de dados linguístico que contemplasse a fala de Fortaleza praticada por faixas sociais de menor escolaridade e poder aquisitivo. Sua construção é coordenada pela professora do curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Aluiza Alves Araújo, com participação do professor Kilpatrick Müller Campelo e estudantes de graduação do curso supracitado na fase de coleta de dados.

Em relação aos informantes do NORPOFOR, Araújo (2011) apresenta com detalhes o perfil daqueles que compõem o *corpus*:

Todos os 198 informantes do projeto NORPOFOR preenchem os seguintes requisitos: são fortalezenses natos ou vieram morar nesta cidade com, no máximo, cinco anos de idade; - possuem pais cearenses; nunca se ausentaram de Fortaleza por um período superior a dois anos consecutivos; mantém residência fixa na capital cearense. Estes critérios foram adotados com o objetivo de neutralizar a interferência dos falares de outras regiões. (ARAÚJO, 2011, p.838)

Como exposto anteriormente, Araújo (2011) considera que a profissão dos informantes e de seus cônjuges, o local em que residem e a quantidade de filhos são indicadores característicos de seu baixo nível socioeconômico. Esse dado é reforçado quando se observa a distribuição desses informantes entre as seis regionais¹³ do município de Fortaleza, “possibilitando, assim, uma representação geográfica de toda a área da cidade” (ARAÚJO, 2011, p. 839). Trazemos a referida distribuição no Anexo A deste trabalho.

No projeto NORPOFOR, os informantes da Regional II, que conta com bairros como Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres e Praia do Futuro I, onde a renda das famílias é mais elevada, segundo Araújo (2011, p.839) informa, baseada em dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é a que possui o menor número de

¹³ *Regional* é um termo cunhado pela administração pública municipal de Fortaleza no fim da década de 1990 e absorvido pelo senso comum para, dentre outros aspectos, melhor visualização dos bairros da capital cearense, conforme a área geográfica combinada com o perfil socioeconômico de seus residentes, a exemplo de outras capitais brasileiras como Rio de Janeiro, onde os grupos de bairros são distribuídos em “zonas”(bairros da Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste etc.).

informantes. Já a Regional I apresenta o maior número de participantes pela razão contrária, ou seja, a renda familiar mais baixa, em bairros como Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará, Jardim Iracema, Jardim Guanabara e Quintino Cunha. Alguns bairros da Regional V também possuem seus informantes neste grupo, como Conjunto Ceará I, Granja Portugal, Bom Jardim, Parque Santa Rosa e Mondubim. Deste modo, fica estabelecido que o projeto traz informantes de classe social mais baixa, se comparado a outros *corpora*. Se forem observadas as profissões desses informantes, teremos em sua maioria, aquelas que também representam a classe mais pobre, considerado o aspecto social. O quadro com estes dados encontram-se no Anexo B destes escritos.

É importante salientar ainda o fato de que este banco de dados foi constituído já no século XXI, no período entre agosto de 2003 e julho de 2006, o que, considerando o ritmo que as informações e mesmo as mudanças de comportamento é velozmente intenso na contemporaneidade, representa um diferencial relevante em termos de pesquisa científica, e certamente coaduna com a intenção desta pesquisa de se trabalhar com dados recentes.

Para esta pesquisa, a amostragem desse *corpus* se constitui de 50 (cinquenta) informantes com faixas etárias, gêneros e níveis de escolaridade da capital cearense, distribuídos em 32 inquéritos, que é como são chamadas as transcrições dos diálogos, na modalidade de entrevista D2 – Diálogo entre Dois Informantes. O banco de dados NORPOFOR, “a exemplo do NURC” (ARAÚJO, 2011, p.842) possui ainda as modalidades de entrevista DID – Documentador-Informante-Documentador e EF – Elocução Formal. Na primeira, o entrevistador interage com o falante da comunidade, formulando perguntas ou criando os motes para estimular a fala de seu interlocutor. Já na segunda, há apenas o registro da produção do membro da comunidade de fala, como em uma palestra, sem qualquer intermediação de outro.

As entrevistas foram gravadas, inicialmente, sem que o falante tivesse consciência de que ali se constituía um estudo para fins científicos, com o propósito de não tolher a naturalidade de sua fala. A modalidade escolhida, D2, favorecia a captação do vernáculo dos falantes por possuir características como: 1) serem amigos ou parentes; 2) adotar essencialmente a narrativa de experiências pessoais; 3) propor temas como infância, família, trabalho, lazer, entre outros, de maneira que o entrevistado estivesse mais confortável para desenvolver sua fala, despreocupando-se com a forma como falava e 4) o local da entrevista era sempre determinado pelo entrevistado, constituindo-se este em mais um elemento

favorável a ele na realização de seu discurso. Na maioria das vezes, este local era sua própria residência. Ao fim desses eventos, com duração média de 60 minutos, ao entrevistado se revelava o real motivo do ocorrido: uma pesquisa linguística sobre a comunidade de fala local. Araújo (2011) afirma que não houve dificuldades para a liberação deste material, já que o documentador que conduzia o processo informava aos participantes o compromisso de sigilo de sua identidade, bem como de familiares e amigos citados em seus discursos.

Optou-se por este modelo por ser o que mais se aproxima do objetivo de coleta de dados: usuários da língua em interação plena, com pouca e, às vezes, nenhuma interferência do entrevistador, a fim de que o ambiente de sua produção linguística mostre-se mais natural. Este material encontra-se transcrito e armazenado eletronicamente, mas não publicado em razão dos trabalhos de consolidação de dados ainda estarem em andamento.¹⁴

5.1 Constituição da amostra

A amostra encontra-se distribuída com 24 informantes do sexo masculino e 26 do sexo feminino, com três faixas etárias: 15 a 25 (15 informantes), 26 a 49 (17 informantes) e 50 anos em diante (18 informantes). Já para o grupo de fatores Escolaridade, há 15 informantes com nenhum a 4 anos de instrução, 17 informantes com 5 a 8 anos e 18 informantes que possuem de 9 a 11 anos de estudo.

Nesta pesquisa, estão selecionados 50 (cinquenta) informantes para o estudo do fenômeno, cuja estratificação foi definida a partir do perfil e das quantidades de inquéritos que o banco de dados oferece. Inicialmente, pensou-se trabalhar com o quantitativo de 72 (setenta e dois) informantes a fim de se obter uma coleta e, por consequência, uma análise mais robusta do ponto de vista daquilo que reza a tradição ‘laboviana’. Contudo, alguns informantes não se enquadravam no perfil traçado ou os inquéritos não traziam as ocorrências do fenômeno em estudo.

Assim sendo, o quadro que se segue apresenta a distribuição dos informantes de acordo com os critérios de cunho social estabelecidos que se chamam células.

¹⁴ Este fato, porém, não inviabiliza, a nosso ver, a realização da pesquisa, porque se está trabalhando com dados que já foram coletados, transcritos e em concordância com o que se necessita para a formação de um *corpus* linguístico. Além disso, Araújo (2011) informa que “alguns trabalhos acadêmicos já começaram a utilizar material deste corpus (ARAÚJO, 2011, p.845)

Quadro 1 - Estratificação da amostra

Sexo	Masculino			Feminino		
	Escolaridade 0-4 anos	Escolaridade 5-8 anos	Escolaridade 9-11 anos	Escolaridade 0-4 anos	Escolaridade 5-8 anos	Escolaridade 9-11 anos
Idade						
15-25 anos	2	2	3	2	3	3
26-49 anos	2	3	3	3	3	3
50 anos ou +	3	3	3	3	3	3
Informantes	24			26		

Fonte do autor.

Segundo Guy e Zilles (2007), os grupos de fatores “devem ser ortogonais ou ‘quase ortogonais’, isto é, eles devem co-ocorrer livremente e não ser sub ou supercategorias uns dos outros” (GUY E ZILLES, 2007, p.52). Como se observa no quadro, os falantes masculinos, com escolaridade de 0 a 4 anos e que pertencem às faixas etárias de 15 a 25 e de 26 a 49 anos totalizaram apenas dois, quando o ideal seriam 3, para o equilíbrio da análise, do ponto de vista dos informantes. Contudo, não foi possível utilizar as informações disponíveis a partir do banco de dados que pudessem preencher as células em questão por não conseguirmos registrar as ocorrências de imperativo subjuntivo ou indicativo (Ver Anexo E, sobre a distribuição dos inquéritos D2 em cada célula).

5.2 Variáveis

5.2.1 Variável *Dependente*

A variável dependente da presente pesquisa configura-se no uso variável do imperativo gramatical associado à forma indicativa e à forma subjuntiva.

5.2.2 Variáveis *Independentes*

5.2.2.1 Fatores *Extralingüísticos*

SEXO (GÊNERO) – Na pesquisa de Cardoso (2009), que tratava de falantes nascidos em Fortaleza que migraram para a capital federal, informantes do sexo feminino tem uma porcentagem de utilização do indicativo em orações imperativas maior do que os informantes do sexo masculino. A proposta, então, é a comprovação ou não dos falantes fortalezenses que residem em sua cidade natal se encontrarem em situação cujos resultados corroborem os de pesquisas anteriores.

FAIXA ETÁRIA – Alves (2001) atribui a alternância indiscriminada do modo subjuntivo em orações imperativas a falantes mais jovens e o oposto, a manutenção da variação concernente ao seu respectivo pronome pessoal, aos mais velhos. Pretende-se verificar a ocorrência deste contexto na fala dos fortalezenses.

ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO – Oliveira e Silva; Paiva (1996) citam estudos já realizados que apontam a grande probabilidade de falantes com muitos anos de escolaridade se utilizarem prioritariamente da variante de prestígio ou padrão do que falantes de pouca instrução. Em Fortaleza, investigar-se-á tais situações, considerando-se, inclusive, o falante que possui escolaridade zero.

5.2.2.2 Fatores Linguísticos

Como ressaltado na Introdução, esta pesquisa é inspirada em trabalhos anteriormente apresentados como o de Alves (2001). Dada a proximidade dos temas e das regiões do país das quais são estudados os falares, optou-se por replicar parte dos grupos de fatores daquele autor para que fossem testados no falar de Fortaleza.

a) Conjugação verbal:

-ar: olhar, cantar, ficar.

-er: comer, fazer, perder

-ir: sorrir, engolir.

Alves (2001) designou este grupo como forma de investigar a saliência fônica dos verbos, especialmente os de primeira conjugação. Aqueles cuja terminação é –ar poderão favorecer o uso do imperativo subjuntivo ou oferecer maior frequência.

b) Quanto à polaridade do verbo

Afirmativo

Vá estudar!

Negativo

Não grite comigo!

c) Posição do pronome oblíquo átono na oração

Não explícito

Coloca no canto da sala.

Presença do pronome átono proclítico

Me solte!

Presença do pronome átono enclítico

Vá-se embora!

d) Grupo semântico¹⁵

Ordem;

Então vá pra cadeia, eu faço é ajudar... (Inq. 37)

Súplica, pedido, convite;

... fazia era assim olha (Inq. 156)

Advertência, conselho, sugestão;

Menina, vai sair, vai procurar o que fazer (Inq. 122)

Pedido com as expressões *por favor, pelo amor de Deus*;

Minino, vá simhora, pelo amor de Deus! (Inq. 156)

Este grupo foi elaborado para que se investigasse em qual contexto os verbos favoreceriam o uso do imperativo indicativo e do imperativo subjuntivo. De fato, na medida em que a GT prescreve que o imperativo negativo seja realizado sempre no subjuntivo, investigaremos se o falante fortalezense, no universo de nossa amostra, tende a seguir a regra gramatical ou apresenta um índice de variação elevado também neste contexto.

e) Verbo da oração

Este grupo surgiu da necessidade de controlar os verbos da oração, sendo ele o elemento central em sentenças no imperativo subjuntivo ou imperativo indicativo, com a finalidade de observar a atuação desses verbos na alternância dos modos em orações imperativas.

5.2.2.3. As análises sociolinguísticas e o GOLDVARB X

Guy e Zilles (2007) afirmam que as análises quantitativas possibilitam “o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua intencionalidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística” (GUY; ZILLES, 2007, p.73). Alternância entre dois ou mais elementos com análise qualitativa e/ou estritamente categóricos não conseguem uma descrição adequada que lhes contemplem. Métodos estatísticos vêm sendo utilizados ao longo dos anos para amparar os estudos sobre

¹⁵ O termo “grupo semântico” foi utilizado na pesquisa de ALVES (2001) para as orações cujo sentido exprimem ordem; súplica, pedido, convite; advertência, conselho, sugestão e as orações que contem as expressões *por favor* ou *pelo amor de Deus*.

variação linguística, sanando os problemas que lhes afetavam, como a dificuldade de sua apreensão científica. Conforme Guy e Zilles (2007) ponderam

o uso de métodos estatísticos, contudo, tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras coisas (GUY, ZILLES, 2007, p.73)

Entendemos ser primordial a análise quantitativa no tocante ao fenômeno de fala da variação do imperativo gramatical na capital cearense para a caracterização de seus usos pelos falantes locais. Para tanto, utilizaremos o programa de dados GOLDVARB X.

O GOLDVARB X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), é utilizado nesta pesquisa para as inserções dos dados coletados através de códigos alfanuméricos, onde se pode manipulá-los de acordo com aquilo que se deseja obter em termos de resultados e guardá-los para futuras consultas, adição ou cruzamento de informações. É necessário que os dados e suas codificações estejam em consonância com os objetivos da pesquisa para que não haja qualquer intercorrência no processamento das informações, sob pena de surgirem falhas que provoquem uma compreensão equivocada. Para Tagliamonte

Os limites de um dado podem ser geográfico, social ou similares. Contudo, é especialmente importante decidir o que vai ser considerado em seu corpus. Dependendo da natureza dos dados ou da natureza da questão sob investigação na pesquisa, fatores diferentes serão importantes. Quem você vai estudar e por quê? Quais os limites do grupo ou comunidade? Se colocação no espaço é importante, onde fica? Se colocação no tempo importa, como isto será demonstrado.¹⁶ (TAGLIAMONTE, 2006, p.18, tradução nossa)

Parte-se de um valor de aplicação para que a análise seja empreendida, pois é através dele que todas as variáveis serão testadas e comparadas. Em nosso caso, o valor de aplicação é o imperativo subjuntivo. A seguir, é feita a distribuição dos grupos de fatores com o comando “Gerar fatores de aplicação”. A seguir, carregam-se as células para a memória do programa a fim de que seja possível iniciar a rodada, cujos resultados serão objetos de análise. Quando necessário, procede-se à checagem dos dados da amostra no intuito de que sejam corrigidos erros de digitação ou similares e à eliminação ou amalgamação de fatores ou grupo

¹⁶ the boundaries of a data may be geographic, social or otherwise, however, it is particularly important to decide what is going to be contained in your corpus. Depending on the nature of the data and the nature of the research questions under investigation, different factors will be important. Who are you going to study and why? What are the boundaries of the group or community? If location in space is important, where is it? If location in time is important, how will this be accomplished.

de fatores. Estes comandos são muito importantes na medida em que facilitam as mudanças que sempre ocorrem nesta fase da pesquisa.

É válido, ainda, apresentar a noção de *imput*. Trata-se da representação do nível geral de uso de determinado valor da variável dependente. Guy e Zilles (2007) exemplificam com a investigação da ausência ou presença do /r/ final no português do Brasil. Dizem eles

Caso a contagem focalize a frequência de ausência, pode ser que, numa determinada amostra, os falantes, no total, apresentem uma taxa de 40% de apagamento ou ausência do /r/. O *imput*, numa análise desses dados com o Varbrul, representa essa taxa básica, e, embora seja calculado na base de critérios complexos demais para discutir aqui, deve se aproximar do nível de 0,40, dadas certas expectativas sobre a distribuição equilibrada dos dados (GUY; ZILLES, 2007, p. 238).

Assim, se o *input* se distancia da taxa geral, é provável que a distribuição dos dados através dos diversos fatores não é equilibrada – maior quantidade de dados originada de informantes de um gênero, por exemplo. De acordo com Guy e Zilles (2007), os pesos relativos dos fatores se calculam em relação a esse nível geral.

Portanto, tem-se que a precisão na coleta, transmissão, interpretação e avaliação dos dados parte de objetivos e hipóteses bem definidos, em conformidade com os estudos propostos e as teorias que oferecem o suporte adequado para os mesmos.

Assim, o uso do GOLDVARB X possibilita a este estudo uma análise ‘multivariada’, pois conforme aponta Guy e Zilles (2007) “permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes” (GUY; ZILLES, 2007, p.105). No tocante a esta pesquisa, leva em consideração as variáveis sociais (gênero, ano de escolaridade e faixa etária) e as variáveis linguísticas já apresentadas.

Neste capítulo, apresentamos a estrutura do trabalho de manipulação dos dados que extraímos do corpus linguístico NORPOFOR, a variável dependente e as variáveis independentes, a partir das quais construímos as células sociais e os grupos de fatores que controlamos, além do programa que nos auxilia na computação das ocorrências e extração dos valores sobre os quais serão feitas as análises. O próximo capítulo tratará de apresentar os resultados e seu significado, confirmando ou não a proposta de nossa pesquisa.

6 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção apresenta detalhadamente o resultado e a análise dos dados coletados do NORPOFOR sobre o falar de Fortaleza. A partir da definição dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, foram adotados os procedimentos com vistas a que se tornasse possível permitir ao programa GOLDVARB X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005) a leitura, processamento e geração de resultados sobre o total das ocorrências do fenômeno em estudo.

Após a definição das variáveis que norteiam este trabalho, o passo seguinte para a entrada dos dados no programa foi a criação e a atribuição de códigos para cada item dos grupos de fatores. A Chave de Codificação (vide Anexo D) possibilitou que controlássemos as informações de interesse da pesquisa a partir da produção dos informantes, atendendo às exigências do programa. A seguir, deu-se a leitura das entrevistas e na medida em que eram detectadas as ocorrências de variação do modo imperativo, destacava-se o trecho da fala do informante (ocorrências do uso do imperativo associado ao subjuntivo e imperativo associado ao indicativo). No final deste processo, foram registradas 242 ocorrências, em 32 entrevistas (inquéritos), com 24 informantes do gênero masculino e 26 informantes do gênero feminino. A ideia inicial era a de que os dados fossem ortogonais, apresentando o mesmo número de informantes de ambos os gêneros, totalizando 52 componentes.¹⁷ Existiu o cuidado por parte dos criadores do NORPOFOR em idealizar uma planilha em que consta a estratificação de todos os inquéritos do banco de dados transcritos até então.

O grupo de fatores dos verbos da oração foi o último a ser incluído para análise e processamento. Consideramos importante rastreá-los e catalogá-los a fim de que obtivéssemos um quantitativo de informações maior sobre os verbos das orações imperativas sob controle na fala do fortalezense. Ao todo, obtivemos 56 verbos registrados nas diversas orações em que ocorria o fenômeno, sem contabilizar as repetições.

Terminada a fase de coleta e codificação dos dados, procedemos à primeira rodada estatística, cujo resultado é apresentado na tabela a seguir:

¹⁷ Cf. capítulo 4, “Metodologia”.

Tabela 1 - Frequência de uso das formas imperativo subjuntivo e imperativo indicativo na amostra

Formas Modais	Número de ocorrências	Porcentagem
Imperativo Subjuntivo	99	41 %
Imperativo Indicativo	143	59 %
TOTAL	242	100 %

O valor de aplicação desta rodada, bem como de todas as outras que se seguem é o subjuntivo. Afinal, é este o modo a ser analisado em detrimento do indicativo.

Nesta primeira tabela, observa-se que o imperativo indicativo concentra o maior número de ocorrências entre os informantes da amostra, a princípio. Em termos gerais, o imperativo associado ao indicativo foi a forma mais frequente no falar de Fortaleza (59%), tendo o imperativo associado ao subjuntivo o valor de 41%. Poder-se-ia seguir com as análises para que pudessem ser identificados os fatores que tivessem maior e menor valor de significância para o programa GOLDVARB X. No entanto, no grupo de fatores verbos da oração, vários deles apresentaram *knockout*, isto é, ocorreram uma ou mais vezes em apenas um dos modos, no universo da amostra, como é possível verificar a seguir:

Tabela 2 - Verbos do grupo de fatores Verbo da Oração que apresentaram *knockout* na primeira rodada

Verbo	Ocorrências no Subjuntivo	Ocorrências no Indicativo
Desaparecer	1	0
Apanhar (pegar)	0	1
Perdoar	1	0
Valer	1	0
Livrar	1	0
Sonhar	0	1
Ler	0	1
Tocar	0	1
Anotar	0	1
Contar	2	0
Cuidar	1	0

Verbos	Ocorrências Subjuntivo	Ocorrências Indicativo
Preocupar	2	0
Sentar	0	1
Ter	1	0
Virar	1	0
Virar-se	1	0
Mexer	0	1
Começar	0	2
Parar	0	1
Marcar	0	1
Pegar	0	1
Governar	1	0
Ver	0	3
Telefonar	0	1
Pedir	0	3
Aprender	0	1
Ensinar	0	2
Convidar	0	2
Mandar	0	2
Mastigar	0	2
Ficar	0	1
Arranjar	0	2
Tirar	0	2
Entregar	0	1
Inscriver-se	0	3
Encher	1	0
Levar	1	0
Chegar	1	0
Trazer	0	1
Imaginar	1	0
Passar	0	1
Ajudar	0	1

Verbos	Ocorrências Subjuntivo	Ocorrências Indicativo
Proteger	0	1
Olhar (ver)	0	4
Confiar	0	1
Interromper	1	0
Continuar	0	1
Levantar	0	1
Procurar	1	0
TOTAIS	19	31

Ao todo são 50 verbos em situação de *knockout*, o que inviabilizou a sequência do processo de análise dos dados coletados, tendo em vista que a própria ferramenta GOLDVARB X não admite, no contexto em que se estuda a variação das formas, variante zero, pois entende como categórico o fenômeno.

Assim, era necessário eliminar os *knockouts* a fim de prosseguirmos com a análise.

Após a avaliação do grupo inteiro, embora houvesse o temor da diminuição que acarretaria no total de ocorrências, decidiu-se por agrupar os verbos utilizando-se como critério a relação entre os significados, foi feita a seguinte categorização: os verbos que exprimem os sentidos humanos como *escutar*, *ver*, *olhar*, *comer*, foram amalgamados e denominados Sensoriais; os verbos *dizer*, *falar* e *contar* foram amalgamados e categorizados como Verbos de Elocução. Outros, no entanto, foram excluídos para efeito da rodada estatística, por mostrarem-se irrelevantes em razão de somente ocorrerem em um dos modos estudados e devido, ainda, à sua inserção em conjunto com expressões já cristalizadas no falar do fortalezense, como é percebido em:

(7) Eu quero ver minhas notas, Deus *me livre* (Inf.1, Inq.122).

O verbo *livrar* teve somente uma ocorrência registrada no imperativo subjuntivo e envolto na expressão contida no exemplo (7). Com a estratégia da reorganização do grupo de fatores Verbos da Oração, realizamos a amalgamação desses dados, adotando a codificação já existente, mas agora para os grupos de verbos denominados Sensoriais, de Elocução, de Opinião/Cognitivos, de Movimento e Outros Verbos, este último reunindo aqueles itens para

os quais não pode ser conferida uma classificação mais específica, o que pode ser observado no quadro que se apresenta:

Quadro 2: Amalgamação dos verbos que compõem o grupo de fatores Verbos da Oração

Tipo de verbo da oração	Verbos
Elocução	contar, dizer, falar, perguntar.
Sensoriais	olhar, ver, comer, mastigar, pegar, escutar.
Opinião/cognitivos	pensar, aprender, ensinar, imaginar, sonhar.
Movimento	ir, vir, apanhar, virar, sentar, botar, soltar, mexer, parar, tirar, ficar, entregar, levar, chegar, trazer, passar, levantar, começar.
Outros	dar, comprar, gastar, olhar (marcador discursivo), desaparecer, perdoar, valer, fazer, chamar, proteger, votar, livrar, ler, deixar, tocar, ligar, arrumar, anotar, cuidar, calar, preocupar, ter, virar-se, desistir, marcar, esperar, arranjar, telefonar, pedir, convidar, mandar, inscrever-se, encher, governar, ajudar, confiar, interromper, continuar, prestar, procurar, tratar.

Uma nova rodada se promoveu no GOLDVARB X e houve a percepção de *knockouts* remanescentes, porém em número menor do que antes. Os verbos *desaparecer*, *perdoar*, *livar*, *ler*, *tocar*, *arrumar*, *notar*, *preocupar*, *ter* e *governar* foram identificados como aqueles que estavam ocasionando o entrave e, sendo assim, decidiu-se por suas exclusões, por concluirmos que não representariam perda significativa de dados.

Procedeu-se a mais uma rodada estatística com êxito quanto à nulidade dos *knockouts* em nossos dados. Por outro lado, com amalgamações e exclusões, ocorreu redução no número final de ocorrências: de 242 para 229 dados. Em nosso entendimento, apesar do prejuízo em que poderia se configurar em termos de pesquisa sociolinguística a exclusão de dados, ainda seria possível depreender razoável gama de informações a partir destas ocorrências, conforme mostrará a sequência dos resultados apresentados.

Desta feita, portanto, a amostra ficou com 229 dados, assim distribuídos no que se refere à variável dependente sob investigação:

Tabela 3 - Frequência de uso das formas imperativo subjuntivo e imperativo indicativo na amostra

Formas Modais	Número de Ocorrências	Percentual
Imperativo indicativo	139	60%
Imperativo subjuntivo	90	40%
TOTAL	229	100%

Em termos percentuais, o imperativo indicativo mantém a tendência de 60% de uso, sendo a forma mais usada na fala de Fortaleza. O subjuntivo é usado em torno de 40% pelos fortalezenses.

A partir desse movimento, foram realizadas mais duas rodadas que, finalmente, permitiram que se continuasse o processo de manipulação de dados, possibilitando a obtenção dos Pesos Relativos através dos comandos *Step Up* e *Step Down*, responsáveis, ainda, pela seleção dos grupos de fatores mais importantes desde o seu valor de significância.

Os grupos selecionados pelo programa GOLDVARB X e considerados como relevantes para o uso do imperativo subjuntivo foram Faixa Etária, Conjugação Verbal, Polaridade da Estrutura da Oração e Posição do Pronome Oblíquo Átono. O *Input* foi de 0.393, ou seja, os valores dos grupos de fatores e os pesos relativos foram calculados levando-se em consideração o índice geral de 40% das ocorrências no imperativo subjuntivo. A seguir, detalhamos os dados e suas consequentes análises, iniciando com a apresentação da tabela do grupo Faixa Etária:

Tabela 4 – Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em Faixa Etária

Faixa Etária	Ocorrências-Subjuntivo	Porcentagem	Ocorrências-Indicativo	Porcentagem
15-25 anos	11/ 60	18%	49/60	82%
26-49 anos	42/ 107	39%	65/107	61%
+ de 50 anos	37/62	60%	25/62	40%
TOTAL	90/229	40%	139/229	60%

Nesta tabela comparativa, podemos inferir que o imperativo subjuntivo é pouco usado entre os mais jovens (18%) e mantém-se em um nível de ocorrência entre os mais velhos (60%) dentro do que é esperado. Na faixa intermediária, dos falantes entre 26 e 49 anos de idade, a ocorrência de uso do imperativo subjuntivo foi da ordem de 39%.

Com relação ao uso do imperativo associado ao indicativo, são os mais jovens da amostra que o usam com um alto percentual de 82%. Na faixa intermediária, dos falantes entre 26 e 49 anos de idade, a frequência de uso foi de 61% de imperativo indicativo, também considerada alta. Como mostram os resultados, na faixa etária de 15-25 anos há um alto uso do imperativo indicativo, sendo essa a forma mais frequente (82%). O subjuntivo nessa faixa apresentou um percentual de 18% muito abaixo das nossas expectativas. Ainda que se tenha

um alto uso de indicativo por jovens e adultos, resolvemos manter como valor de aplicação o subjuntivo com o objetivo de saber em que ambientes linguísticos ele ainda resiste com relação ao seu uso imperativo.

Passemos à compreensão dos dados referentes apenas ao imperativo subjuntivo.

Tabela 5 - Distribuição dos dados em relação à faixa etária dos falantes.

Faixa Etária	Ocorrências Subjuntivo/Total	Total %	Peso Relativo
15-25 anos	11/ 60	18%	0.22
26-49 anos	42/ 107	39%	0.53
+ de 50 anos	37/62	60%	0.72
TOTAL	90/229		

Os dados acima nos permitem observar que reside nas faixas etárias extremas (mais jovens e mais velhos) a maior concorrência dos modos imperativos indicativos e subjuntivos, respectivamente. Enquanto os fortalezenses que se encontram na idade entre 15 e 25 anos apresentam baixo uso do subjuntivo (0.22), o que determina uma tendência ao uso do indicativo e, mais importante, um desfavorecimento ao subjuntivo, os que possuem mais de 50 anos de idade utilizam preferencialmente este último na expressão de ordem, súplica, pedido, convite etc. É preciso destacar que, na amostra coletada, os falantes de ambas as faixas etárias em discussão produziram a mesma quantidade de dados. Ao observar algumas sentenças de alguns informantes, tem-se a percepção de que são válidas as afirmações acima:

- (8) *Vai emagrecer, A., não pode ser assim não...* (Inf.1, Inq.122)
- (9) *Oh... me dá o meu cachorrinho, me dá...* (Inf.2 , Inq. 122)
- (10) *Ei... seu menino... me dê me dê uma lata de doce aí* (Inf.1, Inq.93)
- (11) *A mãe disse venha pra dentro minha filha* (Inf.1, Inq. 93)

Os exemplos (8) e (9) são de informantes que se encontram na faixa etária dos mais jovens e os exemplos (10) e (11), falantes de mais de 50 anos de idade. Sua adesão ao imperativo subjuntivo em mais da metade dos registros corrobora com a hipótese que foi levantada: a de que os mais idosos tendem realmente a se utilizarem do modo que pode ser considerado o que caracterize mais a sua fala. Não se trata, porém, de uma variante de prestígio, de tradição ou qualquer outro termo que possa designar uma situação estável na comunidade, posto que, tanto eles, os mais velhos, também recorrem ao imperativo indicativo,

quanto os mais jovens se utilizam do imperativo subjuntivo, isto ocorrendo bem menos, é verdade.

O grupo intermediário, falantes entre 26 e 49 anos, apresentou valor muito próximo de um equilíbrio quanto às variáveis, já que é de 0.53 o valor do Peso Relativo correspondente ao valor neutro em termos estatísticos. Entretanto, verifica-se no percentual de uso do imperativo subjuntivo – 39% - uma indicação de que também estes fortalezenses tendem a usar menos subjuntivo nas diversas situações em que se exige que peçam, convidem, aconselhem ou ordenem algo.

Deverá ser este um indício de que se vivencia na comunidade de fala de Fortaleza uma mudança em progresso? Afinal, conforme o que foi relatado até aqui, detecta-se um movimento que os mais jovens falantes vêm conduzindo no sentido da diminuição do uso do imperativo subjuntivo em detrimento do modo indicativo. Se forem retomados os conceitos de pesquisas que utilizaram o Tempo Aparente para verificar mudança linguística, há que se ter prudência em tal avaliação, já que há uma dificuldade em entender a existência da correlação idade-variável linguística ou apenas uma mudança de comportamento linguístico característica da idade.

A assertiva de Labov (1966), já mencionada anteriormente neste texto, de que adolescentes e adultos jovens usam variantes estigmatizadas mais livremente, em especial quando tem ciência de estarem sendo observados, talvez não deva ser utilizada no caso da comunidade de fala de Fortaleza. Como exposto há alguns parágrafos, não seria possível qualificar o imperativo subjuntivo como a variante padrão, nem tampouco o imperativo indicativo como a variante inovadora ou estigmatizada, porque ambas ocorrem em todas as faixas etárias pesquisadas.

O próximo grupo de fatores selecionado pelo GOLDVARB X na rodada estatística traz a Conjugação Verbal, eminentemente linguístico, para a apreciação de seus resultados. Inicialmente, como vimos fazendo em relação a outros grupos de fatores, apresentamos um quadro comparativo, posto que a forma indicativa se mostra com relativo vigor nas ocorrências registradas:

Tabela 6 – Frequência de ocorrências do subjuntivo e do indicativo por conjugação verbal

Conjugação verbal	Ocorrências-Subjuntivo	Porcentagem	Ocorrências-Indicativo	Porcentagem
Terminação em –ar	42/140	30%	98/140	70%
Terminação em –er	21/38	55%	17/38	44%
Terminação em –ir	27/51	53%	24/51	47%
TOTAIS	90/229	40%	139/229	60%

Comparando os dois modos em estudo para este grupo de fatores, observa-se que a maioria das ocorrências se dá na primeira conjugação e, nela, o favorecimento ao uso do imperativo indicativo com 70% dos registros. Nas duas outras conjugações, a situação muda, pois as maiores porcentagens estão nas ocorrências de imperativo subjuntivo. Porém, a produção do indicativo configura-se com números significativos.

Tabela 7 - Distribuição dos dados de uso do imperativo em relação à conjugação verbal

Conjugação verbal	Subjuntivo/ Total	%	P.R.
- ar	42/140	30%	0.39
- er	21/38	55%	0.68
- ir	27/51	53%	0.67
TOTAL	90/229	39%	-

Das 229 ocorrências do fenômeno, em 140 delas, cerca de 60% dos verbos possuem a terminação em *ar*. Com verbos terminados em *er*, há 38 ocorrências. Verbos terminados em *ir* contam com 51 ocorrências. Aqui, cabe fazer uma ressalva: a de que na imensa maioria das vezes, o uso do imperativo nas duas formas modais se dava com o verbo *ir* (32 ocorrências). Os demais verbos desta terminação eram *vir* (13 ocorrências), *sair*, *pedir* (3 ocorrências cada um) e *desistir* (apenas uma).

A relação entre o grupo de fatores Conjugação Verbal e o modo a ser aplicado em falas que utilizam o imperativo possibilita a interpretação de que *ar* favorece em larga escala àquele associado ao indicativo, já que, de acordo com o exposto na tabela acima, de cada 10 verbos no imperativo, somente 3 são produzidos com o modo imperativo associado ao subjuntivo, sendo de 0.39 o seu Peso Relativo.

As demais terminações, *er* e *ir*, mostram Pesos Relativos muito próximos, 0.68 e 0.67, respectivamente, bem como seus percentuais de aplicação. Convém utilizar o exemplo de Alves (2001), que trabalhou com o mesmo grupo de fatores em sua pesquisa sobre os aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense. O autor apresentou uma tabela que demonstra de forma clara a distinção da primeira para as demais conjugações verbais, à qual passamos a reproduzir abaixo:

Quadro 3 – Distinção entre a primeira e as demais conjugações

VERBO NO INFINITIVO	CONJUGAÇÃO	VERBO CONJUGADO
Amar	Primeira	Am <i>-e</i>
Vender	Segunda	Vend <i>-a</i>
Partir	Terceira	Part <i>-a</i>

Fonte: Alves (2001, p.63)

É possível notar a diferença existente entre as conjugações quando visualizamos a desinência característica do modo subjuntivo. São os verbos terminados em *er* e *ir* mais marcados do que aqueles terminados em *ar*, cenário este que só encontrará reversão quando da mudança de polaridade, de afirmativo para negativo, outro fator que será averiguado mais à frente.

É necessário um maior aprofundamento nesta questão, para que se possa validar o argumento que se pretende expor. Em sua pesquisa sobre a alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português, utilizando dados de Brasília e do Rio de Janeiro, Rocha (1997) utilizou o Princípio da Saliência Fônica, “proposto inicialmente por Naro e Lemle, em 1976 e consolidado em Naro (1981), que estabelece que ‘as formas mais salientes, e por isso, mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas que as menos salientes’ (SCHERRE, 1988:64)”. (ROCHA,1997, p.87).

Ao identificar as faixas de saliência fônica, máxima, média e menor diferenciação fonológica, Rocha (1997) investigava se elas teriam influência na escolha do modo verbal da oração encaixada, pois nutria a expectativa de que as distinções das formas mais e menos salientes dos modos subjuntivo e indicativo, respectivamente favorecessem a um deles. Contudo, na ocasião em que submeteu seus dados ao programa de dados, este não selecionou

o grupo de fatores Saliência Fônica de sua pesquisa. Ainda assim, a autora considerou que os resultados, apesar de não apresentarem significância estatística, não inviabilizavam a suposição de que houvesse “uma tendência de as formas de máxima saliência estarem em oposição aos demais graus de saliência.” (ROCHA, 1997, p.89). A partir de seus dados, Rocha (1997) considera as formas mais salientes como favorecedoras do uso do subjuntivo, visto que seriam mais perceptíveis aos falantes.

No caso de nossa pesquisa, consideramos pertinente a evocação do Princípio da Saliência Fônica para explicar os números da tabela 5. De fato, se observarmos os exemplos a seguir:

- (12) *Começa* mulher... O que é que você vai falar dele (Inf.2, Inq.139)
- (13) *Passa* a bolsa, *passa* a bolsa, vagabundo... (Inf.2, Inq. 15)
- (14) Mas *faça* exposição das toalhas que você tem. (Inf.2, Inq.129).
- (15) ... *vá* para o colégio... tá certo filho. (Inf.1, Inq.60)
- (16) *Vá* simhora... *desapareça* daqui... *saia* da minha vida. (Inf.2, Inq.156)

Temos evidências da probabilidade de que os falantes fortalezenses analisados sofram a influência das formas verbais mais marcadas em sua decisão de fazer uso do imperativo subjuntivo em quantidade significativa de verbos cuja terminação pertencem à segunda ou terceira conjugação e, por outro lado, escolham o imperativo indicativo nos verbos de primeira conjugação na maior parte de suas falas.

O próximo grupo de fatores selecionado pelo GOLDVARB X por sua significância estatística foi o que buscou avaliar a influência da negatividade sobre o verbo na fala dos fortalezenses da amostra. A tabela abaixo traz os resultados, comparando, uma vez mais, as ocorrências do indicativo e do subjuntivo. Notar-se-á que os números são interessantes na medida em que possam vir a caracterizar cada modo como sendo representativo de uma das polaridades:

Tabela 8 – Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em polaridade da estrutura da oração

Polaridade do imperativo	Ocorrências-Subjuntivo	Porcentagem	Ocorrências-Indicativo	Porcentagem
Afirmativo	72/203	35.5%	131/203	64.5%
Negativo	18/26	69%	8/26	31%
TOTAIS	90/229	40%	139/229	60%

Vemos os valores se invertermem nesta tabela: enquanto há favorecimento do imperativo indicativo para a polaridade afirmativa, o uso do imperativo subjuntivo segue a tendência já observada em outras pesquisas do gênero que dão conta de que a negatividade influencia diretamente a atribuição do modo verbal na oração. É possível averiguar, ainda, que a amostra apresenta a imensa maioria das ocorrências com a polaridade afirmativa.

Tabela 9 - Distribuição dos dados de uso do imperativo em relação à polaridade da estrutura da oração.

Polaridade da estrutura da oração	Ocorrências Subjuntivo/Total	Total %	Peso Relativo
Afirmativa	72/203	35.5	0.45
Negativa	18/26	69	0.78
TOTAIS	90/229	39	

A negação do verbo favorece a utilização do imperativo no modo subjuntivo de maneira muito representativa. O valor de 0.78 de Peso Relativo para o imperativo negativo é um bom indício desta situação, com percentual de 69% das ocorrências, embora se perceba a existência de uma larga distância para o imperativo afirmativo, com 0.45 de Peso Relativo. Não há, porém, qualquer impeditivo, a nosso ver, para a argumentação que ora sustentamos, além, obviamente, da prescrição gramatical que podemos constatar, por exemplo, em Cunha e Cintra (2001), quando assevera que “o imperativo negativo não tem nenhuma forma própria. É integralmente suprido pelo presente do subjuntivo” (CUNHA; CINTRA, 2001, p.476). No corpus analisado, temos exemplos de como a polaridade negativa é representada, como se pode verificar adiante:

(17) Rapaz, *não faça* isso não que amanhã eu vou comprar (Inf.2, Inq. 156)

(18) ... *nem me fale*... (Inf.2, Inq.122)

(19) *Venha não, venha não*, já tô ficando é doida (Inf.2, Inq.122)

(20) Getúlio, eu vou lhe dar um conselho... *não vá* por cabeça de ministro (Inf.2, Inq.111)

Podemos citar ainda pesquisas já realizadas que apresentaram resultados na mesma direção da que estamos conduzindo a nossa, no que diz respeito a esse grupo de fatores. Em Cardoso (2009) e Scherre (2001), suas respectivas pesquisas têm indicação semelhante. Segundo Scherre, “o efeito da polaridade evidencia paralelismo semântico: a

variante subjuntiva combina-se mais com a polaridade negativa” (SCHERRE, 2001, p.4). Já em Cardoso (2009) “o percentual do uso do imperativo na forma indicativa é menor quando se trata de frases imperativas negativas, ou seja, há uma tendência a negar menos o imperativo associado ao indicativo” (CARDOSO, 2009, p.125).

Vários outros estudos poderiam ser citados para ilustrar o resultado deste grupo de fatores selecionado pelo programa de análises estatísticas em uso, mas há a percepção de que já há a clareza suficiente para que se entenda tal ocorrência. Quanto à forma afirmativa, pode-se dizer que seu número percentual de 35.5% e seu Peso Relativo da ordem de 0.45 representam, nesta pesquisa, um índice até um pouco maior do que o encontrado nos estudos de Evangelista (2010), por exemplo, acerca da variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional, em que o afirmativo indicativo atingiu quase a totalidade, com 98% das ocorrências.

Pode-se observar, portanto, que, mesmo com amostras de origens diversas, revela-se uma semelhança nos resultados finais, permitindo aferir ao fator polaridade do verbo um grau de consolidação no que se refere à negatividade presente na oração imperativa.

O último grupo selecionado pelo GOLDVARB X é o que trata da relação do pronome oblíquo átono com o verbo. As duas tabelas a seguir destacam-se por conter um número absoluto de ocorrências de pronomes enclíticos muito baixo. Mais adiante, justificamos esse fato. Ainda que o quantitativo de enclíticos seja baixo, há a compreensão de que a análise do grupo de fatores não se inviabiliza. Em Scherre (2000), por exemplo, em um universo de 753 ocorrências de imperativo, apenas em 7 foram registrados com o pronome oblíquo posposto ao verbo da oração.

Tabela 10 - Comparativo de ocorrências do subjuntivo e do indicativo em Posição do pronome

Posição do pronome	Ocorrências-Subjuntivo	Porcentagem	Ocorrências-Indicativo	Porcentagem
Proclítico	20/33	61%	13/33	39%
Enclítico	4/5	80%	1/5	20%
Não explícito	66/191	35%	125/191	65%
TOTAIS	90/229	40%	139/229	60%

A tabela caracteriza este grupo de fatores como o único que apresenta favorecimento ao uso do imperativo subjuntivo nos dois subfatores em que o pronome foi

registrado. Como curiosidade, somente uma ocorrência de imperativo indicativo com pronome enclítico compõe a amostra, trazida no exemplo a seguir:

(21) “eu digo ‘rapaz, apanha as tua mulher e *vai-te* embora, rapaz!’” (Inf.2, Inq.156).

Cabe um esclarecimento acerca da categoria “não explícito”, que apresentou muitas ocorrências – 191 de 229 – e, por essa razão, foi também contemplada na pesquisa. Nela, o imperativo subjuntivo se mostra com 35% das ocorrências e a forma indicativa com 65%.

Nos próximos parágrafos, há um aprofundamento da análise deste grupo de fatores com foco no imperativo subjuntivo, a partir da tabela que se apresenta em seguida.

Tabela 11 - Distribuição dos dados de uso do imperativo com relação à posição do pronome oblíquo átono diante do verbo.

Posição do pronome	Ocorrências Subjuntivas/ Total	Total %	Peso Relativo
Proclítico	20/33	61	0.83
Enclítico	4/5	80	0.60
Não explícito	66/191	35	0.42
TOTAIS	90/229	39	

Antes de se analisar os dados da tabela, deve-se considerar a informação de que a não presença do pronome surgiu após iniciarmos a coleta e observarmos a existência de muitas orações em que o pronome não estava explícito na oração. Resolvemos incluir esses casos para análise.

Verifica-se que há um beneficiamento considerável do pronome oblíquo átono proclítico para que o verbo que o sucede seja produzido no modo subjuntivo pelo fortalecimento, afinal, são 61% e 0.83 como valor de seu Peso Relativo. Para o pronome enclítico, foram apenas 5 registros, em que 4 deles favoreceram o uso do imperativo subjuntivo. Eis alguns exemplos retirados do *corpus*:

(22) *Vá-se* embora... (Inf.1, Inq.93)

(23) *Vai-te* embora, rapaz! (Inf.2, Inq.156)

Encontramos em Scherre et al. (2008) uma possível explicação para a ocorrência de pronomes átonos enclíticos tão escassa quando afirma que

no português brasileiro falado contemporâneo, há forte restrição da ocorrência do imperativo verdadeiro com clítico depois do verbo em qualquer área geográfica. Assim, não são usuais, ou pouco prováveis, estruturas como *Deixe-me* em paz! ou *retire-se* daqui, que soam de forma estranha ao falante nativo do português brasileiro. (SCHERRE *et al.*, 2008, p.17).

Em Alves (2001) este grupo também foi selecionado, mas com a diferença de que só considerou o pronome oblíquo átono *me*. Entretanto, citamos o autor para justificar os motivos pelos quais a próclise é considerada de relativa importância para o favorecimento do imperativo subjuntivo. Ele afirma que:

De acordo com Monteiro (1994: 193), o proclítico *me* é justificado porque *no português ocorre uma decisiva tendência para a próclise, por ser paroxítona a acentuação predominante de nossa língua*. Com isso, o autor concorda que a colocação do átono na posição anteverbal se dá devido ao fato de a língua falada no Brasil ter um ritmo um tanto lento, binário, *associado a uma pauta acentual paroxitonizante*. (ALVES, 2001, p.80).

Scherre (2008) informa que “o português brasileiro exibe sintaxe de clíticos uniforme para todos os padrões oracionais (...) trata-se de uma língua essencialmente proclítica” (SCHERRE, 2008, p.14). Os resultados deste grupo de fatores em nossa pesquisa seguiram na mesma direção, consolidando a ideia de que estes fatores exercem pressão na fala de uma comunidade para que seus componentes possam aderir a um modo verbal ou a outro.

A título de informação, e para concluir o raciocínio sobre o baixo quantitativo de enclíticos, novamente fazemos referência a Scherre (2000) que teve este subfator em poucas ocorrências. No caso da autora, o item foi categórico, ou seja, a totalidade das ocorrências se deu em apenas um dos valores aplicados, no caso no imperativo subjuntivo. A sua explicação para o fato é a de que “a razão é de natureza sintática: caso fosse estudada a estrutura *Retira-se*, haveria a possibilidade de preenchimento da posição de sujeito, com interpretação de uma estrutura reflexiva, em vez de estrutura imperativa” (SCHERRE, 2000, p.1339).

Podemos avaliar, com base nas informações até aqui apresentadas, que o imperativo subjuntivo, nosso valor de aplicação nas rodadas estatísticas, encontra-se em quantitativo de ocorrências menor que o indicativo, em termos da amostra de fala de Fortaleza. A exceção foi o grupo de fatores Posição do Pronome Oblíquo Átono e, mesmo, assim, em dois dos três subfatores, já que onde o pronome não estava explícito, houve muitas ocorrências, mas a maioria favorecendo o uso do imperativo na forma indicativa.

Vimos também que as formas mais marcadas nos verbos de segunda e terceira conjugações tem influência no uso do imperativo subjuntivo pelo falante da capital cearense de nossa amostra, bem como a polaridade negativa da estrutura da oração, esta ainda tendo como outro fator de influência a prescrição da norma gramatical (em menor escala, já que as gramáticas pregam que o imperativo subjuntivo é o que deve ser realizado quando da estrutura negativa da sentença).

A correlação de forças entre as duas formas modais em estudo indica que há possibilidade de que o subjuntivo seja condicionado pela posição pronominal oblíqua e polaridade da estrutura oracional, em conjunto com a marcação das terminações dos verbos de conjugação diferente da primeira. No âmbito social, os resultados mostram que os mais velhos preservam o imperativo subjuntivo em seu discurso.

6.1 Fatores não selecionados

A presente subseção visa contemplar os resultados dos demais grupos de fatores estabelecidos para esta pesquisa, seguindo uma orientação de Tagliamonte (2006). A autora conta que “às vezes um aluno vem dizer que removeu um grupo de fatores por que ele não era significativo. Esta não é a questão. Sua não-significância pode ser uma pequena evidência importante para sua argumentação¹⁸” (TAGLIAMONTE, 2006, p.237).

Embora não tenham sido selecionados pelo GOLDVARB X sob o critério de significância estatística, consideramos haver relevância quando alguns de seus dados são analisados. As tabelas e discussões devem enriquecer o tema e suscitar observações sob diferentes perspectivas e estimular pesquisas futuras ou mesmo o incremento de ocorrências numericamente falando.

A sequência das apresentações de dados será a mesma em que se colocaram os grupos nas rodadas estatísticas. O primeiro grupo de fatores tratava-se da variável social Escolaridade, que compreendeu três faixas de instrução nos níveis fundamental e médio, de acordo com o que continha o banco de dados NORPOFOR.

Vejam a tabela que mostra a distribuição das informações nesse contexto:

¹⁸ “Sometimes a student will tell me that he or she has removed a factor group because it was not significant. This is not the point. Its non-significance may be a key bit of evidence for your argumentation!”

Tabela 12 - Distribuição de dados do imperativo em relação ao fator Anos de Escolaridade

Escolaridade	Ocorrências subjuntivo/ Total	Percentual
0 a 4 anos	26/57	46%
5 a 8 anos	20/74	27%
9 a 11 anos	44/98	45%
TOTAIS	90/229	39%

Os presentes resultados permitem a avaliação de que o fator Escolaridade na amostra deste trabalho retrata uma acirrada concorrência do imperativo subjuntivo e imperativo indicativo, particularmente nas faixas limítrofes, com ligeira prevalência do segundo modo. Na faixa de instrução intermediária, de 5 a 8 anos, percebe-se, contudo, uma situação diferenciada, já que foram registradas apenas 27% de ocorrências do subjuntivo, ou seja, de cada 10 falantes fortalezenses, 7 aderem à forma indicativa ao exprimir ordem, pedido, convite, conselho ou sugestão.

Uma vez mais recorreremos ao trabalho de Alves (2001), que, importante ressaltar, trabalhou com dados da comunidade da fala de João Pessoa, Paraíba, região do nordeste brasileiro. Ali, o autor teve este mesmo grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico, com destaque para a faixa de escolaridade de 5 a 8 anos registrando 71% de uso do imperativo indicativo:

Se, por um lado, os falantes com mais anos de escolarização não são os que mais empregam a variante de prestígio, por outro, os falantes com nenhum ano de escolarização encontram-se em ponto de neutralidade, ao passo que a implementação da variante inovadora está se dando na faixa compreendida por falantes de escolarização intermediária. (ALVES, 2001, p.79).

Apresentamos, ainda, como forma de oferecer suporte à tese que vimos defendendo para este grupo de fatores, o estudo de Carvalho (2014) que realizou uma análise variacionista da alternância das formas subjuntivo e indicativo na fala do Ceará. Observemos os dados da tabela sobre a escolaridade dos falantes de sua amostra, com a diferença de que a autora trabalha com falantes com nenhum ano de escolaridade isoladamente e com aqueles que possuem mais de 11 anos de instrução, ou seja, falantes de nível superior, a qual reproduzimos em seguida:

Tabela 13: Atuação do nível de escolaridade no uso do presente do subjuntivo

ESCOLARIDADE	Nº OCORRÊNCIAS DO SUBJ.	TOTAL DADOS	%	P.R.
0 ano de escolaridade	15	48	31%	.76
1 a 4 anos de escolaridade	7	38	18%	.38
5 a 8 anos de escolaridade	8	71	11%	.20
9 a 11 anos de escolaridade	23	79	29%	.64
+ de 11 anos de escolaridade	17	57	30%	.52
TOTAL	70	286	24%	-

Fonte: Carvalho (2007, p.128)

Mesmo que os objetos de estudos de Carvalho (2014) e os desta pesquisa sejam diferentes, é possível fazer uma avaliação a fim de reiterar o uso do imperativo associado ao subjuntivo pelo falante de nosso estado. Percebe-se que aqueles inseridos na faixa de escolaridade mais baixa, a de 0 ano de instrução, possui um Peso Relativo .76, representando a maior proporção de uso do modo em discussão, seguido de não muito longe pelos falantes que possuem de 9 a 11 anos de escolaridade, com valor .64 de Peso Relativo. Afirma Carvalho sobre estes resultados

Esses resultados nos autorizam a dizer que o uso do subjuntivo no português falado no Ceará não está condicionado ao processo de ensino-aprendizagem formal. Concordamos com Oliveira (2007, p. 132) quando afirma que os usos do modo verbal imperativo com valor semântico e marcador da modalidade irrealis, nos dados do nordeste, são definidos no nível da gramática interna do falante, ocorrendo como expressão de valor paramétrico. (CARVALHO, 2014, p. 185).

Ao considerarmos que em nossa pesquisa os falantes da amostra com escolaridade de 0 a 4 anos e os de 9 a 11 anos apresentam números de ocorrência do imperativo subjuntivo bem próximos – 46% e 45%, respectivamente – é possível concluir, enfim, que estes dados e os de Carvalho (2014) estão em franco diálogo.

Em seguida, temos o segundo grupo de fatores não selecionado pelo GOLDVARB X apresentado na tabela a seguir, que é o de Gênero, outra variável social clássica da Sociolinguística Quantitativa e que, veremos, traz informações de interesse para a presente pesquisa:

Tabela 14 - Distribuição dos dados do imperativo em relação ao fator Gênero

Gênero	Ocorrências subjuntivo/ Total de Ocorrências	Percentual
Masculino	29/64	45.3%
Feminino	61/165	37%
TOTAIS	90/229	39.3%

Neste grupo de fatores, é possível afirmar que o uso do imperativo subjuntivo em falantes do gênero feminino não é predominante. Percebe-se pelos resultados expostos na tabela 14 uma grande diferença do uso do imperativo em geral. Enquanto para os homens foram registrados 64 verbos neste modo, as mulheres tiveram coletadas 165 ocorrências. Estes dados têm reflexo direto, portanto, na captação do modo subjuntivo, que traz um placar de 61 x 29, ou seja, o dobro, isto em números absolutos.

Uma das justificativas para a significativa disparidade numérica configurada aí poderia ser o fato de que as entrevistas com mulheres possuem uma maior quantidade de dados que a de homens. A média de duração destas entrevistas, como já foi detalhado no capítulo Metodologia, é de 60 minutos. Porém, a fala dos informantes pode estar condicionada ao tema do diálogo, à interferência do pesquisador de campo ou à própria relação com o seu interlocutor. Sendo assim, observamos que as mulheres, no *corpus*, ofereciam maior subsídio para a coleta de dados de nossa pesquisa que os homens, pois elas responderam positivamente a pelo menos dois daqueles condicionamentos: os temas abordados eram mais ricos, essencialmente com narrações de fatos, enquanto que os dos homens muitas vezes eram estabelecidos na base de pergunta e resposta, e a interação entre si, em muitas entrevistas, por mostrarem-se com grau de intimidade maior do que os homens entre si, ou ainda, quando estes travavam diálogos com mulheres.

Observando o percentual de uso da variação, contudo, nota-se uma inversão do que vimos falando: falantes fortalezenses do gênero masculino usam mais o imperativo subjuntivo que do gênero feminino com vantagem de 8 pontos percentuais, possibilitando que retomemos o pensamento de Labov (2001) quando diz que as mulheres demonstram um índice de uso das variantes estigmatizadas baixo e um índice de variantes padrão alto. Adaptando o dizer do linguista americano e nos restringindo à gramática prescritiva, teremos

que os termos variante padrão e estigmatizada tratam-se do imperativo subjuntivo e indicativo, respectivamente, nas situações já informadas aqui (ordem, pedido etc.).¹⁹

Interessante trazer para esta discussão a fala de Sampaio (2001) que, ao investigar a manifestação do modo imperativo no português contemporâneo, utilizando dados dos corpora NURC/SSA E PEPP²⁰ não teve, a exemplo deste trabalho, o grupo de fator Gênero selecionado nas rodadas estatísticas. Ela informa que:

Verificou-se um percentual de 28% de uso da forma não-padrão na fala dos homens, contra o percentual de 72% na forma padrão. Esse resultados [sic] demonstram uma frequência deveras baixa de uso da forma indicativa, fato que se repete na fala das mulheres, 29% de frequência absoluta da forma indicativa. (SAMPAIO, 2001, p.106).²¹

Sampaio (2001) também mostra que o grupo de fator gênero apresenta resultados diferenciados em pesquisas sociolinguísticas que contemplam a variação citando que Labov (2001) aponta as mulheres como sendo iniciadoras de mudança linguística a partir de alguns resultados de estudos e, em outros, influenciadas pela forma padrão.

A esse respeito, Labov (2001) comenta que mulheres usam formas inovadoras mais constantemente que os homens, em dissonância com normas estabelecidas, quando em contexto de mudanças sem consciência social, “*changes from below*” (LABOV, 2001, p.292).

Como se pode ver, esta é uma temática que gera controvérsias a partir de resultados que indicam diferentes conclusões, visto que os estudiosos não conseguem definir de que maneira o gênero, principalmente o feminino, exercem pressão sobre as questões de variação que são alvo das investigações sociolinguísticas. Sobre isso, Scherre e Yacovenco (2011) propõem, no tocante ao gênero, “uma agenda de trabalho voltada para o entendimento do papel do gênero na variação e na mudança linguística.” (SCHERRE; YACOVENCO, 2011, p.140).

A tabela adiante traz o terceiro grupo de fatores não selecionado. Havia a expectativa (parte integrante do conjunto de hipóteses da pesquisa, por sinal) de que estes

¹⁹ Como já afirmamos anteriormente, as expressões ‘variante estigmatizada’, ‘de prestígio’ e ‘padrão’ não devem se aplicar ao uso do imperativo como esta pesquisa apresenta, já que suas formas subjuntiva e imperativa se mostram em plena competição. No entanto, o fato de termos altos índices de imperativo indicativo entre os mais jovens e que a mídia impressa e eletrônica, concentradas em grande número na região Sudeste, usa esta forma modal para enviar suas mensagens indica que estudos poderão comprovar a existência de uma variante de prestígio.

²⁰ NURC/SSA = Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta no Brasil: Salvador; PEPP = Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador (SAMPAIO, 2001, p.61)

²¹ Lembramos que por forma padrão entendamos se tratar do modo subjuntivo e não-padrão, o modo indicativo do imperativo.

dados mostrassem relevância no tocante à decisão do falante de utilizar o imperativo em modo subjuntivo ou indicativo. São estes os dados:

Tabela 15 - Distribuição dos dados do imperativo em relação ao grupo de fatores Grupo semântico

Grupo semântico	Ocorrências subjuntivo/Total	Total %
Ordem	46/102	45%
Pedido	16/58	27%
Marcador Discursivo	6/19	32%
Conselho	11/21	52%
Sugestão	9/26	34%
TOTAIS	90/229	39%

Optamos pela não apresentação do subfator “Pedidos com as expressões *por favor* e *pelo amor de Deus*”, por não se constituírem representativas em termos de ocorrência, como já colocado anteriormente.

Conforme observado em nossa hipótese sobre este grupo, recaía sobre o subfator “Ordem” o papel de “motivador” do uso do imperativo subjuntivo por parte dos falantes. Porém, os resultados demonstram o subfator “Conselho” como aquele em que mais foram registrados verbos com o uso daquele modo (52%), em especial com a utilização do verbo *ir*.

(24) Tenha cuidado, não vá varrer a casa não (Inf.2, Inq.102).

“Ordem” ficou mesmo como o segundo subfator (45%) em que mais se registrou o uso do imperativo subjuntivo. No entanto, em números absolutos, é o de mais alta frequência entre os falantes da amostra, resultado esperado, já que a GT prescreve ser esta uma das correlações principais do verbo e o seu modo.

Alves (2001) teve este grupo de fatores selecionado em suas rodadas estatísticas, no qual o item Pedido com as expressões *por favor* e *pelo amor de Deus*, assim como em nosso trabalho, apresentou uma frequência de uso muito baixa. Já Marcador Discursivo obteve um valor de significância alto o bastante para que merecesse por parte dele uma análise mais aprofundada, com 78% de utilização por parte dos falantes. Mas, o valor de aplicação de Alves (2001) era o marcador em ambos os modos verbais, ao passo que, neste

trabalho, é o imperativo subjuntivo. Ainda assim, é importante demonstrar o que foi considerado marcador discursivo neste trabalho, o que será visto mais adiante.

Na apresentação do próximo grupo de fatores não selecionados pelo critério de valor de significância do GOLDVARB X, veremos que o verbo *olhar* mereceu atenção especializada exatamente por realizar essa função de marcar o discurso a que vimos nos referindo.

Tabela 16 - Distribuição dados do imperativo em relação ao grupo de fatores Verbo da Oração

Verbos da Oração	Ocorrências subjuntivo/Total	Total %
De Elocução	10/22	45.5%
Sensoriais	1/13	8%
De Opinião/ Cognitivos	4/10	40%
De Movimento	32/71	45%
Outros Verbos	38/93	42%
Olhar (marcador discursivo)	5/20	25%
TOTAIS	90/229	

Conforme já explanado em seção anterior do corpo deste texto, o presente grupo de fatores necessitou se utilizar do recurso de amalgamação devido ao surgimento de *knockouts*. Com isso, todos aqueles verbos que se encontravam nesta situação foram abrigados no novo subfator Outros Verbos. Não à toa, ele é o que apresenta a maior abrangência de uso das variáveis, com a taxa de 42%.

Os dados da tabela permitem a inferência de um equilíbrio entre três subfatores, quanto ao uso do imperativo subjuntivo: Verbos de Elocução, com 45.5%, De Opinião/Cognitivos, com 40%, De Movimento, com 45% e o grupo Outros Verbos, com 42%. Com exceção feita a este último, por se tratar, na verdade, da reunião de verbos cuja ocorrência foi muito baixa, há uma correlação de forças entre os demais e no uso dos modos imperativo subjuntivo e imperativo indicativo. De fato, não é possível dizer que exerçam influência na decisão do fortalezense em utilizar um ou outro. A seguir, apresentamos alguns exemplos que caracterizamos como os subfatores da tabela acima.

Do grupo de Verbos de Elocução:

(25) *é... Você diz a eles!* (Inf.1, Inq.154).

(26) *Como assim? Me conte isso... Aí G.* (Inf.2, Inq.51).

Do grupo de Verbos Sensoriais:

(27) *minha filha, lá está nossa senhora de Jesus, olha!* (Inf.2, Inq.129)

Do grupo de Verbos de Opnião/ Cognitivos:

(28) *imagine* velho... ele disse que... é tão difícil conseguir um amor... (Inf.1, Inq.157).

Do grupo Verbos de Movimento:

(29) *então vá* pra cadeia, eu faço é ajudar se não quiser levar (Inf.1, Inq.37).

(30) eu digo rapaz *apanha* a tua mulher e *vai-te* embora daqui (Inf.2, Inq.37).

Do grupo Outros Verbos:

(31) *Dê* só um entender que tá afim... (Inf.2, Inq.114)

(32) *Você traz* o seu emblema e eu mando...(Inf.1, Inq.154)

Sobre o subfator Olhar (marcador discursivo) consideremos os exemplos:

(33) *Olha*, você tá armada rapaz, *olha* é porque eu tenho uma banquinha na Beira Mar, é de ponta mas é de cortar limão. (Inf.2, Inq.156).

(34) *Olha* aí mulher, nunca mais eu fui à praia (Inf.1, Inq.101).

(35) *Olhe* foram duas as veze [*sic*] em que eu fiquei aqui no portão como segurança, mas é chato... (Inf.1, Inq. 60).

Na maioria dos casos, como se vê pelos exemplos, o verbo que exerceu a função de marcar o discurso foi o olhar, ocorrendo tanto no imperativo associado ao indicativo quanto no imperativo associado ao subjuntivo.

No capítulo que se segue, tecemos as considerações que visam sintetizar tudo o que foi apresentado nesta pesquisa, bem como apontar as hipóteses que se confirmaram e os caminhos que a pesquisa variacionista, no que diz respeito à temática que foi trabalhada aqui, possa continuar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o uso variável do imperativo na fala de Fortaleza, representada através de amostra retirada do *corpus* linguístico Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR, inspirado em estudos anteriores com dados de Brasília e Fortaleza (*corpus* linguístico PORCUFORT), de Cardoso (2009) e de amostra do *corpus* VALPB, João Pessoa, Paraíba, de Alves (2001).

O objeto de estudo da pesquisa é, essencialmente, analisar o uso do imperativo gramatical na fala de Fortaleza, em que pesem motivações semânticas e morfossintáticas dos verbos, bem como as de natureza social como sexo, escolaridade e faixa etária.

Nesta seção, serão apontadas as confirmações e rejeições das hipóteses apresentadas, bem como uma síntese daquilo que foi colocado em prática e as propostas para futuros estudos que contemplem o modo imperativo e suas variações na capital cearense.

Inicialmente, é necessário recuperar os objetivos específicos que balizaram nossos trabalhos a fim de estabelecermos uma logicidade na exposição dos argumentos. Um deles foi o de:

a) Analisar as motivações linguísticas e extralinguísticas condicionadoras do uso do modo imperativo utilizadas pelo falante de Fortaleza tais como verbo da oração, conjugação verbal, posição do pronome clítico, polaridade do imperativo e grupo semântico através de *corpus* linguístico.

Por meio do *corpus* linguístico NORPOFOR, selecionamos o material que viabilizaria a condução da primeira fase da pesquisa, a de coleta dos dados, e realizamos a estratificação da amostra, montando células que abrigavam os fatores sociais clássicos da Sociolinguística Quantitativa. O banco de dados, inclusive, possui uma planilha específica posicionando cada inquérito (entrevista) em uma dessas células, conforme as características dos informantes, de modo que já tínhamos noção sobre quais entrevistas precisaríamos nos debruçar a fim de obter a amostra.

Na fase da identificação das muitas informações oferecidas pelo material, foi criada uma chave de codificação com o intuito de enviar tudo o que estávamos coletando para o processamento do GOLDVARB X. Após ajustes e releituras de dados, submetemos o extrato desse procedimento às rodadas estatísticas para a obtenção do input e dos valores de significância. Dos nove grupos de fatores testados, apenas quatro tiveram sua relevância

confirmada, os quais analisamos e encaminhamos discussões. Assim, no que concerne este objetivo, a hipótese de que os fatores linguísticos polaridade do imperativo e posição do pronome clítico condicionam o uso do imperativo subjuntivo em maior número foi confirmada, pois os grupos foram selecionados pelo programa que nos serviu de suporte e seus valores mostraram-se representativos e em conformidade com o que já vinha sendo verificado, por exemplo, por Scherre (2001, 2000).

Dos fatores linguísticos estudados aqui, ainda há o grupo de Conjugação Verbal, cuja hipótese era a de que os verbos com terminações menos marcadas, como *ar*, favoreceriam a utilização do imperativo em sua forma subjuntiva, motivados pelo Princípio da Saliência Fônica, de Naro (1981). Esta assertiva veio a se confirmar, mas com resultados diferentes, observando que os verbos com as terminações em *er* e *ir*, mais marcados, obtiveram Pesos Relativos relevantes – 0.68 e 0.67, respectivamente, embora as ocorrências com *ar* tenha representado 60% do total.

No próximo objetivo, teremos contemplado o fator social relevante na amostra deste trabalho:

b) Analisar e quantificar a atuação das variáveis sociais sexo, anos de escolaridade e faixa etária no uso variável do imperativo gramatical falado em Fortaleza.

A hipótese para o grupo de fatores anos de escolaridade, selecionado pelo GOLDVARB X por sua relevância, era a de que os falantes de Fortaleza de idade mais avançada conservam as formas e os usos verbais mais cristalizados (o imperativo associado ao subjuntivo), enquanto os mais jovens têm maior suscetibilidade à mudança, com o uso variável do imperativo em alta frequência, favorecendo ao imperativo associado ao indicativo. Podemos dizer que a hipótese se confirmou, mas com ressalvas. Explica-se: realmente os falantes com 50 anos de idade ou mais apresentaram-se como os que mais fazem uso do imperativo subjuntivo. De cada 10 ocorrências coletadas dos informantes desta faixa etária, 6 eram do modo em questão, ao passo que na faixa etária de 15 a 25 anos, 82% das ocorrências eram de imperativo indicativo. A ressalva de nossa hipótese é atribuída ao uso da palavra “mudança”. No decorrer de nossa investigação científica, entendemos que não há verdadeiramente mudança quando se trata do imperativo usado pelos falantes de Fortaleza. Na fala da capital cearense, há uma tendência de uso do imperativo associado ao indicativo pelos falantes de 15 a 25 anos de idade. A faixa etária de 26 a 49 anos apresenta um Peso Relativo de 0.53 no uso do imperativo associado ao subjuntivo. O grupo de falantes com mais de 50

anos é o que mais usa o subjuntivo (0.72). Observa-se uma tendência de uso favorável ao indicativo na faixa etária dos mais jovens na amostra.

Ainda com referência a estes dois objetivos, há relevância em se avaliar os resultados dos grupos de fatores não selecionados nas rodadas estatísticas, refutando, assim, algumas das hipóteses aqui levantadas.

Tratando dos fatores linguísticos, havia a hipótese de que o grupo semântico dos verbos no discurso dos falantes, que indicam comando/ordem, súplica, pedido, convite, advertência, conselho e sugestão, pedido com as expressões *por favor* e *pelo amor de Deus*, se beneficiassem do uso do imperativo subjuntivo com maior frequência, destacando-se neste aspecto o subfator comando/ordem. Os dados processados, entretanto, não confirmaram tal hipótese, tanto por ficarem de fora da seleção dos grupos mais relevantes para a pesquisa, quanto por não ser comando/ordem o maior motivador de uso do imperativo subjuntivo. Na amostra, das 90 ocorrências desse modo verbal, 46 expressavam atos de comando ou ordem, mas, proporcionalmente, foi o subfator “Conselho” aquele que mais se sobressaiu com 52% (notadamente aliado à polaridade da estrutura da oração, como em “Não vá...”) contra 45% daquele. No geral, pode-se considerar que não há uma determinação direta desse grupo de fatores na adesão do fortalezense a qualquer um dos modos concorrentes.

O grupo de fatores Verbo da Oração foi o último a ser incluído para análise, da necessidade surgida na ocasião da coleta de se controlar os verbos contidos nos discursos que se enquadravam no tema deste estudo. Assim sendo, embora não tenha havido uma hipótese que abrangesse este grupo, entendemos que ele seguiu a tendência do grupo mencionado anteriormente, o que se concentrava no aspecto semântico dos verbos. De fato, percebeu-se que, pelos resultados que denotavam o equilíbrio entre os grupos verbais, não há influência de sua utilização sobre os falantes da comunidade de Fortaleza.

Quanto aos fatores sociais, levantou-se a hipótese de que falantes da capital cearense do gênero feminino usariam o imperativo subjuntivo em maior número por atenderem à prescrição da GT, existirem em maior número e serem mais escolarizadas do que os falantes do gênero masculino. Não houve confirmação desta hipótese, já que, em primeiro lugar, buscou-se o equilíbrio das células de informantes a fim de não obtermos dados enviesados, ou seja, que fossem manipulados de maneira a favorecer determinada expectativa, não se configurando como um dado próximo da realidade. Em segundo lugar, embora as mulheres tenham tido um número expressivo de ocorrências de imperativo – foram 165, mas

proporcionalmente, 37% de imperativo associado ao subjuntivo - registradas na amostra, foram os homens, com 45% das ocorrências que, proporcionalmente, utilizaram o imperativo subjuntivo da forma que se aproximava do esperado para o gênero feminino.

O grupo de fatores Anos de Escolaridade, juntamente com o Gênero, não foi selecionado pelo GOLDVARB X para o estudo em curso. Esperava-se que os falantes que possuem de 0 a 4 anos de escolarização mantivessem a tradição da norma prescritiva (*vai, faz, diz tu/ vá, diga, faça você*), ao passo que os mais escolarizados, por já obterem o conhecimento, teriam condições de utilizar o conhecimento a seu favor e aderir a um ou outro modo conforme suas conveniências.

Temos que nossa hipótese foi refutada, mas com a ressalva de que os subfatores 0 a 4 anos e 9 a 11 anos encontram-se em contexto de total equilíbrio das ocorrências de imperativo subjuntivo e indicativo. Na faixa intermediária, a dos falantes cuja instrução varia entre 5 e 8 anos, ou seja, possuem nível fundamental concluído, a adesão ao imperativo indicativo é da ordem de 73% dos registros na amostra.

Já encaminhando a conclusão desta parte do trabalho, falta ainda tecer algumas considerações sobre o terceiro objetivo estabelecido para esta investigação:

c) Comparar e avaliar os resultados fornecidos pelas rodadas estatísticas realizadas com o suporte do programa GOLDVARB X, em conformidade com o que preconizam os estudos baseados na Sociolinguística Quantitativa com trabalhos que também se ocupavam da descrição da variável imperativo gramatical falado em Fortaleza (CARDOSO, 2009) e João Pessoa, Paraíba (ALVES, 2001).

Os dados extraídos das rodadas estatísticas revelaram que, de fato, há certa convergência de resultados envolvendo as três pesquisas: a nossa, a de Cardoso (2009) e a de Alves (2001). Em todas, por exemplo, identificou-se o grupo de fatores Polaridade da Estrutura da Oração como um dos que exerce influência sobre falantes na ocasião do uso das variáveis do imperativo, cujos resultados apontaram um Peso Relativo de 0.78 para o uso do imperativo associado ao subjuntivo. É importante que se registre que tal fato ocorre em vários outros estudos desta ou de temáticas semelhantes por ser o imperativo negativo prescrito pela GT para que se realize apenas com o modo subjuntivo. Portanto, a questão passaria a ser em que medida sua realização se dá em conformidade com a regra em determinada comunidade.

Em todos os trabalhos, a posição dos pronomes clíticos também se mostrou muito significativa. Alves (2001) e Cardoso (2009) analisaram apenas o pronome oblíquo átono *me*.

Nesta pesquisa, além desse pronome, também registramos ocorrências com os pronomes *te* e *se*, sendo o pronome proclítico, com Peso Relativo em 0.83, aquele que mais favorece o uso do imperativo associado ao subjuntivo pelo fortalezense. Portanto, foi confirmada a hipótese de que existe correlação nos dados de comunidades de fala diferentes quando se tratam dos mesmos grupos de fatores.

Considerando a amostra analisada, de modo geral, o falante de Fortaleza faz mais uso do imperativo associado ao indicativo, com 60% das ocorrências registradas para este modo, do que do imperativo associado ao subjuntivo em sua fala, afirmação esta amparada no fato de que 40% das ocorrências se deram com este modo. Contudo, é necessário aprofundar os estudos e realizar uma pesquisa ainda mais abrangente no sentido de se coletar um quantitativo de dados suficiente para que se confirme a tendência de que os falantes da capital cearense, com nível de instrução médio, utilizem o imperativo subjuntivo em número menor que o indicativo.

Certamente as lacunas referentes aos estudos do imperativo na fala de Fortaleza ainda residem em grande número, pois, como foi colocado na seção Introdução deste trabalho, existem muitos estudos acerca do tema realizados por grupos radicados nas regiões Sul, com Reis (2003) e Fagundes (2007), Sudeste, com Santos (2005) e Evangelista (2010) e Centro-Oeste, com Morais (1994), Rocha (1997), Scherre (2007, 2003, 2000) e Cardoso (2009), do nosso país, os quais, inclusive, são generosas fontes de pesquisa a nos servir. Com esta investigação que conduzimos e apresentamos, cria-se a expectativa de, primeiramente, continuar a contribuir para a expansão do tema aqui abordado na região do nordeste brasileiro – posto que há trabalhos similares e de grande valor -, especialmente em termos de Fortaleza e, com isso, fomentar as pesquisas que contemplem a variação de modos verbais, seja no enriquecimento e manutenção dos corpora existentes, seja na criação de novos bancos de dados ou na extração de dados novos com perspectivas e abordagens diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

ALVES, Gilson Chicon. A influência da significação da conjugação verbal na construção do imperativo. In: HORA, Demerval da (org.). **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa: UFPB/BC, 2004.

_____. **Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

ARAÚJO, A. A. **O projeto norma oral do português popular de Fortaleza – NORPOFOR**. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XV CNLF. 2011. v XV. p. 835-845.

BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.

CÂMARA Jr. J.M. **Estrutura da língua portuguesa**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CARDOSO, Daisy Bárbara Borges. **Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CARVALHO, H. M. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. **A alternância dos modos indicativo e subjuntivo na língua falada**. In: LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos & NOGUEIRA, Márcia Teixeira (orgs.). **Modo & modalidade: gramática, discurso e interação**. Fortaleza: UFC, 2011.

_____. Alternância das formas subjuntivo e indicativo na fala do Ceará: uma análise variacionista. **Linha D'Água (Online)**. São Paulo, v.27, n.1, p.169-190, jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v27i1p169-190>. Acesso em: 17 ago 2015.

CERDEGREN, Henrietta & SANKOFF, David. **Variables rules: performance as a statistical reflection of competence**. *Language* 50 (2), jun., 1974, p. 333-55)

CORVALÁN, C. Silva. **Sociolinguística: teoría y análisis**. Madrid: Lavol, 1988, p. 01-08, 59-69.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

EVANGELISTA, Elaine Meirelles. **Fala, Vitória!** – A variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FREITAS, Vera A. de Lucas. **Um estudo sobre o uso do modo imperativo na linguagem oral do português do Brasil**. Brasília: UnB/LIV/ML, 1994.

GUIMARÃES, T.A.A.S. **TU É DOIDO, MACHO! A variação das formas de tratamento no falar de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

GUY, Gregory & ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. Parábola: São Paulo, 2007

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 1997.

LABOV, William. **The social stratification of english in New York city**. Arlington: center for applical linguistics, 1966.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? a response to Beatriz Lavandera. Sociolinguistic Working Paper 44: Texas, 1978.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994, v. 1, p. 43-112.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001, v.2, p.261-299.

LAVANDERA, B. Where does the linguistic variable stop? *In: Language society* nº 7: Great Britain, 1978, p. 171-182.

MEYERHOFF, Mirian. **Introducing Sociolinguistics**. London and New York: Routhedge, 2006.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. T. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, da estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. *In: ROBERTS, Ian & KATO,*

Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: UNICAMP, p. 263-342, 1994.

MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2000.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, M.C. (Org.). **Introdução à sociolinguística variacionista**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos UFRJ, 1994, p. 17-25.

NOGUEIRA, Márcia T. Considerações sobre o funcionalismo linguístico: principais vertentes. *In*: Linguística funcional: a interface linguagem e ensino. Natal: EDUFRN, 2006.

ROCHA, Rosa Cecília Freire da. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 1997.

SAMPAIO, Dircélia Almeida. **Modo imperativo: manifestação/expressão no português contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia, 2001.

SANKOFF, David. Sociolinguistic and syntactic variation. *In*: NEWMAYER, Frederic J. (Ed.). **Linguistics: the cambridge survey**. Vol. IV. New York: Cambridge University Press, 1988, p.141.

_____. Variable rules. *In*: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Nobert & MATTEIR, Klaus J. (eds.). **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. New York: Walter de Gruyter, 1988b, p. 94-98.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. (org.) BALLY, Charles & SECHEHAYE, Albert; colaboração de Albert Riedlinger; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein – 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, M.M.P. “Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil.” II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico. Florianópolis, 2000. p.1333-1347.

_____. “Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica”. *In*: SILVA, Denise Helena Garcia da; LARA, Gláucia Muniz Proença & MAGAZZO, Maria Adélia (orgs.) **Estudos de Linguagem _ Inter-relações e Perspectivas**. Campo Grande: Editora da UFMS. 2003. p. 177-191.

_____. “Reflexões sobre o imperativo em Português”. **DELTA**, São Paulo, v. 23, n. spe, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de abril de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000300010>.

_____. “Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro”. **ALFA**, São Paulo, v. 51 (1), 2007, p.189-222.

_____ & YACOVENCO, Lilian. “A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco”. **ABRALIN**, v. eletrônico, n. especial, p.121-146, 1ª parte, 2011.
SILVA, G. M. O. ; PAIVA, M. C.A. de. **Visão de Conjunto das Variáveis Sociais**. In: Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Giselle Machline de Oliveira e Silva & Maria M. P. Scherre (org.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996
TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguist Variation**. New York: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

WEINER, J. & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, 1977, p.35-58.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (eds.). **Direction for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

_____. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

**ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE INFORMANTES DO
NORPOFOR POR BAIRRO E REGIONAL**

REGIONAL/ TOTAL INFORMANTES	BAIRRO E QUANTITATIVO
I/ 49	<p>Álvaro Weyne = 05</p> <p>Barra do Ceará = 11</p> <p>Carlito Pamplona = 04</p> <p>Cristo Redentor = 05</p> <p>Farias Brito = 06</p> <p>Jacarecanga = 02</p> <p>Jardim Guanabara = 03</p> <p>Jardim Iracema = 01</p> <p>Jangurussu = 01</p> <p>Monte Castelo = 04</p> <p>Pirambu = 02</p> <p>São Gerardo = 02</p> <p>Vila Velha IV= 01</p>
II/ 18	<p>Aldeota = 02</p> <p>Cidade 2000 = 05</p> <p>Cocó = 01</p> <p>Dionísio Torres = 01</p> <p>Joaquim Távora = 02</p> <p>Papicu = 01</p> <p>Praia de Iracema = 01</p> <p>São João do Tauape = 01</p> <p>Varjota = 01</p>
III/ 42	<p>Antônio Bezerra = 11</p> <p>Bela Vista = 02</p> <p>Bonsucesso = 02</p> <p>Henrique Jorge = 08</p> <p>João XXIII = 01</p> <p>Jóquei Clube = 07</p>

	Parque Araxá = 01
	Parquelândia = 03
	Pici = 01
	Presidente Kennedy = 01
	Quintino Cunha = 04
	Rodolfo Teófilo = 01
IV/30	Alto Alegre = 02
	Couto Fernandes = 01
	Demócrito Rocha = 03
	Fátima = 05
	Jardim América = 01
	Pan-Americano = 02
	Parangaba = 06
	Santo Amaro = 02
	Parque São Miguel = 01
	Serrinha = 02
	Vila Betânia = 01
	Vila Pery = 02
	Vila União = 02
V/ 37	Bom Jardim = 03
	Conjunto Ceará = 13
	Conjunto Nova Metrópole = 01
	Granja Portugal = 02
	Conjunto José Walter = 03
	Maraponga = 03
	Mondubim = 04
	Parque Santa Rosa = 02
	Parque São José = 03
	Siqueira = 01
	Vila Manoel Sátiro = 01
VI/ 22	Aerolândia = 04
	Alagadiço Novo = 01

Barroso = 01

Castelão = 02

Cidade dos Funcionários = 01

Messejana = 11

Passaré = 01

Tancredo Neves = 01

**ANEXO B – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS INFORMANTES DO CORPUS
LINGUÍSTICO NORPOFOR**

Estudante, prendas do lar, aposentado(a), empregada doméstica, serviços gerais, comerciante, vigilante, vendedor(a) autônomo(a), desempregado (a), pastor evangélico, costureira, secretária, pedreiro, servidor público, eletricista, professor (a) de reforço, motorista, porteiro, balconista, mecânico, técnico em informática, auxiliar de pedreiro, estoquista, atendente, tatuador, mergulhador, operador de máquina, portuário, contabilista, auxiliar de soldador, estofador, serígrafo, decoradora, técnico em eletrônica, pelador, vidraceiro, auxiliar administrativo, gerente administrativo, analista de suporte, técnico em suprimentos, militar, agente de endemias, bancário, eletrotécnico, lavadeira, cabeleireira, auxiliar de enfermagem, garçom, bordadeira, comerciária, oficial de justiça, cozinheira, artesã, soldador, corretor de modas, supervisor de operações, operário, segurança e professora.

**ANEXO C - TENDÊNCIAS GERAIS DE FAVORECIMENTO RELATIVO DAS
DUAS VARIANTES DO IMPERATIVO SINGULAR EM TERMOS DE GRANDES
OPOSIÇÕES**

Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai)	Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao sub-juntivo (deixe/receba/abra/ dê/diga/vá)
1) eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica (SCHERRE et al., 1998, p.65, 68; LIMA, 2005, p.50-57; SCHERRE, 2007)	1) eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica (SCHERRE et al., 1998, p.65, 68; LIMA, 2005, p.50-57; SCHERRE, 2007)
2) Construções afirmativas (SCHERRE et al., 1998, p.66; SAMPAIO, 2001, p.96, 111)	2) Construções com negação pré-verbal (SCHERRE et al., 1998, p.66; SAMPAIO, 2001, p.96, 111; LIMA, 2005, p.82; JESUS, 2006, p.80)
3) Contexto com tu explícito no contexto na fala de Recife (JESUS, 2006, p.80) ou sem você explícito no contexto na fala de Campo Grande (LIMA, 2005, p.82)	3) Contexto com você explícito no contexto próximo (JESUS, 2006, p.80; LIMA, 2005, p.82)
4) Construções com pronome na forma reta em posição de objeto: deixa eu ir/chama ele (SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE, 2004, p.242; SAMPAIO, 2001, p.88, 113; LIMA, 2005, p.78; JESUS, 2006, p.94)	4) Construções com pronome na forma oblíqua em posição de objeto: deixe-me ir/ chame-o/aproxime-se (SCHERRE et al., 2000; SCHERRE, 2004, p.242; LIMA, 2005, p.78)
5) paradigmas irregulares com posição menos marcada: dá/dê; vai/vá; vai vem/venha; vem põe/ponha põe (SCHERRE, 2004, p.249) ou verbos específicos: deixar e dar (JESUS, 2006, p.107);	5) paradigmas irregulares com posição mais marcada: faz/faça; diz/diga;sê/seja (SCHERRE, 2004, p.249; LIMA, 2005, p.71; JESUS, 2006, p.107) e paradigmas regulares mais marcados (de 2a e 3a conjugações): esquece/esqueça; sobe/suba; come/coma (SCHERRE, 2004, p.249)
6) Verbos de até duas sílabas: dar, ir, vir, ter,	6) Verbos de mais de duas sílabas: esperar,

por; olhar, deixar, falar, ficar, abrir (SCHERRE, 2004, p.247; 251; LIMA, 2005, p.66)	apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar (SCHERRE, 2004, p.251; LIMA, 2005, p.66)
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: fala/olha/espera (SCHERRE et al., 1998, p.67; a SCHERRE, 2004, p.249; LIMA, 2005, p.71)	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: use/ abuse/ imagine (Scherre et al., 1998, p.67; Scherre, 2004, p.249; Lima, 2005, p.71)
8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao indicativo (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai) (SAMPAIO, 2001, p.88; LIMA, 2005, p.75; JESUS, 2006, p.97)	8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao subjuntivo (deixe/receba/abra/dê/diga/vá) (SAMPAIO, 2001, p.88; LIMA, 2005, p.75; JESUS, 2006, p.97)
9) Falantes mais jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p.102,121; LIMA, 2005, p.59)	9) Falantes menos jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p.102,121; LIMA, 2005, p.59)
10) No Rio de Janeiro, falantes menos escolarizados; em Salvador e Recife, falantes mais escolarizados (SAMPAIO, 2001, p.104,119; ALVES; ALVES, 2001, p.41; JESUS, 2006, p.65)	10) No Rio de Janeiro, falantes mais escolarizados. Em Salvador Recife, falantes menos escolarizados (SAMPAIO, 2001, p.104,119; ALVES; ALVES, 2001, p.38-40; JESUS, 2006, p.65)

Fonte: SCHERRE (2007, p.207)

**ANEXO D: CHAVE DE CODIFICAÇÃO UTILIZADA
PARA AS VARIÁVEIS DA PESQUISA**
CHAVE DE CODIFICAÇÃO – Jean Carlos

Variável Dependente

- Quanto à forma do modo verbal imperativo:

I – Indicativo

S – Subjuntivo

Variáveis Independentes Sociais

2. Escolaridade

a) 0-4 anos

b) 5-8 anos

c) 9-12 anos

3 .Sexo/ Gênero

M – Masculino

F – Feminino

4. Faixa Etária

1 – 15-25 anos

2 – 26-49 anos

3 – 50 anos em diante

Variáveis Independentes Linguísticas

5. Conjugação verbal

x – verbos terminados em *-ar*

y – verbos terminados em *-er*

z – verbos terminados em *-ir*

6. Quanto à polaridade do imperativo

A – Afirmativo

N – Negativo

7. Quanto à posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo

P – Proclítico

E – Enclítico

Ø – Pronome não explícito

8. Quanto à carga semântica da oração

o- ordem

s – sugestão

c - conselho

p – pedido, súplica ou convite

D – Pedido com orações com a expressão *pelo amor de Deus* (RETIRADO POSTERIORMENTE)

M – marcador discursivo

9. Verbo da oração

Verbos de Elocução

t – escutar

>- contar

e – dizer

Verbos de Opinião/ Cognitivos

@ - falar

^ - pensar

? – perguntar

÷ - aprender

ϑ - ensinar

Verbos Sensoriais

∩ - imaginar

O - olhar (ver)

4 – sonhar

ϕ - ver

Я - comer

Verbos de movimento

€ - mastigar

i – ir

≠ - pegar

v – vir

= - sair

n – apanhar (pegar)

R – virar

u – sentar

% - botar

H – soltar

{ - mexer

} – parar

σ - tirar

υ - ficar

℘ – entregar

√ - levar

∞ - chegar

ℵ - trazer

X - passar

Z - levantar

§ - começar

Outros verbos

* - dar

r – comprar

g – gastar

h – olhar (marcador discursivo)

- desaparecer

f – perdoar

l – valer

! – fazer

< - chamar

& - proteger

+ - votar

ç – livrar (excluir)

5 – ler

6 – deixar

7 – tocar

8 – ligar

9 – arrumar

w – anotar

k – cuidar

: – calar

W – preocupar

V – ter

T – virar(-se)

\$ - desistir

£ - marcar

Σ - esperar

ϣ - arranjar

β - telefonar

ζ - pedir

Outros Verbos (continuação)

ϑ - convidar

Λ - mandar

ω - inscrever(-se)

μ - encher

G - governar

J - ajudar

C - confiar

B - interromper
U - continuar
Y - prestar

J - procurar
 Δ - tratar

**ANEXO E: DISTRIBUIÇÃO EM CÉLULAS DOS INQUÉRITOS D2 DO NORPOFOR
UTILIZADOS NA PESQUISA.**

Sexo	Masculino			Feminino		
Idade	Esc. 0-4 anos	Esc. 5-8 anos	Esc. 9-12 anos	Esc. 0-4 anos	Esc. 5-8 anos	Esc. 9-12 anos
15-25 anos	37,108	35,35,141	15,51,72	118,139	155,74,74	122,122,51
26-49 anos	37,52	108,52,160	156,14,14	114,125,12	99,99,101	04,49,49
50 anos ou +	106,132, 152	155,154, 132	111,111,71	156,93,93	107,107,60	125,129,157
Informantes	24			26		
TOTAL	50 informantes					